

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**A INFLUÊNCIA DA CORREÇÃO MONETÁRIA
INTEGRAL NA ANÁLISE DE BALANÇOS**

TCCC

**Clarisse Medianeira Schalemberg
Luci Inês Schumacher**

Santa Maria, RS, Brasil

2005

A INFLUÊNCIA DA CORREÇÃO MONETÁRIA INTEGRAL NA ANÁLISE DE BALANÇOS

por

Clarisse Medianeira Schalemborg

Luci Inês Schumacher

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel em Ciências Contábeis**.

Orientadora: Prof^a. Ana Ester Farias

Santa Maria, RS, Brasil

2005

A INFLUÊNCIA DA CORREÇÃO MONETÁRIA INTEGRAL NA ANÁLISE DE BALANÇOS

por

Clarisse Medianeira Schalemberg

Luci Inês Schumacher

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel em Ciências Contábeis**.

Orientadora: Prof^a. Ana Ester Farias

Santa Maria, RS, Brasil

2005

Aos nossos pais pelo amor, paciência, apoio e compreensão que foram decisivos em nossa caminhada. Acima de tudo, agradecemos vocês por fazerem parte da nossa vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por preparar para nós todos os dias, enquanto ainda dormimos, um amanhecer mais lindo que o outro.

À Universidade Federal de Santa Maria, ao Centro de Ciências Sociais e Humanas, em especial ao Curso de Ciências Contábeis que ao nos receber de portas abertas foi fundamental na mudança da nossa história de vida.

A todo o corpo docente e discente do Centro de Ciências Sociais e Humanas da UFSM, pelas trocas de experiências e idéias que contribuíram para o nosso aprimoramento intelectual, profissional e pessoal, em especial a orientadora Ana Ester Farias.

À empresa e seus colaboradores que nos forneceram os dados para a realização deste estudo, esperamos poder agora retribuir através dos resultados obtidos, que ela possa usufruir deles da melhor forma possível.

Às empresas, das quais somos colaboradoras, que compreensivelmente nos deram a liberdade quando precisávamos chegar mais tarde ou sair mais cedo.

Ao nosso consultor de assuntos aleatórios, Décio Schumacher, por não desistir de nos mostrar caminhos que nós pudéssemos não estar vendo.

E, a todos os amigos que direta ou indiretamente convivem conosco e sabem o quanto este trabalho, e em especial o título de Bacharel em Ciências Contábeis, é importante para nós.

RESUMO

Trabalho de Conclusão de Curso
Curso de Ciências Contábeis
Universidade Federal de Santa Maria

A INFLUÊNCIA DA CORREÇÃO MONETÁRIA INTEGRAL NA ANÁLISE DE BALANÇOS

AUTORAS: CLARISSE MEDIANEIRA SCHALEMBERG
LUCI INÊS SCHUMACHER
ORIENTADORA: ANA ESTER FARIAS

Este trabalho foi elaborado com o objetivo de demonstrar a utilização da correção monetária integral nos demonstrativos contábeis, e sua influência na análise de balanços, com o estudo de caso na empresa Pega Leve Comércio de Calçados Ltda, empresa de grande porte em Santa Maria, nos exercícios de 2000 a 2004, enfocando os efeitos da inflação sobre a análise dos demonstrativos contábeis. Constatou-se a relevância da aplicação da correção monetária integral para efeito de análise, e esta se torna mais significativa na medida em que o índice inflacionário do período for maior.

Palavras-chave: Inflação, Correção Monetária Integral, Análise de Balanços.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Estrutura do Balanço Patrimonial.....	30
Quadro 2: Estrutura sintética da DRE.....	32
Quadro 3: Índice Geral de Preços.....	47

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice 1: Balanço Patrimonial com CMI do exercício de 2000	588
Apêndice 2: Demonstrativo de Resultado com CMI do exercício de 2000	59
Apêndice 3: Balanço Patrimonial com CMI do exercício de 2001	60
Apêndice 4: Demonstrativo de Resultado com CMI do exercício de 2001	61
Apêndice 5: Balanço Patrimonial com CMI do exercício de 2002	622
Apêndice 6: Demonstrativo de Resultado com CMI do exercício de 2002	633
Apêndice 7: Balanço Patrimonial com CMI do exercício de 2003	644
Apêndice 8: Demonstrativo de Resultado com CMI do exercício de 2003	655
Apêndice 9: Balanço Patrimonial com CMI do exercício de 2004	666
Apêndice10: Demonstrativo de Resultado com CMI do exercício de 2004	677
Apêndice 11: Índices de liquidez ou solvência e grau de endividamento	688
Apêndice 12: Índices de análise da estrutura e solidez econômica	69
Apêndice 13: Análise Vertical dos Ativos Patrimoniais Originais e com CMI	70
Apêndice 14: Análise Vertical dos Passivos Patrimoniais Originais e com CMI	71
Apêndice 15: Análise Vertical dos DREs Originais e com CMI	72
Apêndice16: Análise Horizontal dos Ativos Originais e Inflacionados	73
Apêndice17: Análise Horizontal dos Passivos Originais e Inflacionados	74
Apêndice18: Análise Horizontal dos DREs Originais e inflacionados.....	75

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1: Balanço Patrimonial Original do exercício de 2000	77
ANEXO 2: Demonstrativo de Resultado Original do exercício de 2000	78
ANEXO 3: Balanço Patrimonial Original do exercício de 2001	79
ANEXO 4: Demonstrativo de Resultado Original do exercício de 2001.....	80
ANEXO 5: Balanço Patrimonial Original do exercício de 2001	81
ANEXO 6: Demonstrativo de Resultado Original do exercício de 2002	822
ANEXO 7: Balanço Patrimonial Original do exercício de 2003	83
ANEXO 8: Demonstrativo de Resultado Original do exercício de 2003	84
ANEXO 9: Balanço Patrimonial Original do exercício de 2004	85
ANEXO 10: Demonstrativo de Resultado Original do exercício de 2004	856

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. MARCO TEÓRICO	12
2.1. A contabilidade e a correção monetária.....	12
2.2. Correção monetária: conseqüência da inflação.....	13
2.3. Índices de medida da inflação	14
2.4. Evolução da correção monetária legal no Brasil.....	17
2.5. Extinção da correção monetária legal.....	19
2.6. A correção monetária na contabilidade.....	19
2.7. Correção monetária integral: um subsídio importante no processo decisório	23
2.8. Análise de balanços: transformando dados em informações.....	26
2.9. Demonstrações contábeis	27
2.9.1 O balanço patrimonial	28
2.9.2. Demonstrativo do resultado (DRE).....	30
2.10. Análise econômico-financeira	32
2.10.1 A análise horizontal	32
2.10.2 A análise vertical	33
2.10.3. A análise dos índices econômico-financeiros.....	34
2.10.3.1. A análise da liquidez ou solvência do empreendimento	34
2.10.3.2 A análise do grau de endividamento.....	37
2.10.3.3. A análise da estrutura.....	39
2.10.3.4 A análise da solidez econômica.....	40
3. METODOLOGIA	43
4. PARTE PRÁTICA	45
4.1. A empresa	45
4.2. Procedimentos de aplicação prática	45
4.3. Relatório de análise	48
4.3.1. Análise de Índices.....	48
4.3.2. Análise horizontal e vertical	50
5. CONCLUSÃO	54
6. BIBLIOGRAFIA.....	55

1. INTRODUÇÃO

A contabilidade tem como principal objetivo demonstrar a cada usuário, de acordo com seu interesse específico, a avaliação da situação econômica e financeira da entidade em questão. Essa avaliação não poderá deter-se em estimativas sem base na realidade, pois são as conjunturas do passado que, ao se repetirem, na maioria das vezes, servem de alicerce na orientação da tomada de decisão, tornando as demonstrações contábeis verdadeiramente úteis e comparáveis para fins de análise de balanço e financeira.

Durante décadas conviveu-se, no Brasil, com o terror do aumento descontrolado do nível de preços, hoje em decorrência de uma situação econômica mais estável constata-se que a inflação não deixou de existir em nosso país, porém encontra-se em níveis mais tolerantes.

A inflação que atua diretamente sobre os preços dos produtos também tem deixado seus reflexos nas demonstrações contábeis das entidades que, com a extinção da correção monetária legal, tem seus registros feitos com base em seus custos históricos deixando de levar em consideração o aumento de preços ocorrido no período em questão.

As demonstrações financeiras fornecem uma série de dados sobre a empresa, de acordo com estruturas contábeis. A análise de balanços transforma esses dados em informações e será tanto mais eficiente quanto melhor informação produzir.

O estudo de caso na empresa Pega Leve Comércio de Calçados Ltda, empresa de comércio de grande porte em Santa Maria, baseado nos exercícios de 2000 a 2004, demonstrou a influência da correção monetária integral na análise das demonstrações contábeis utilizadas na tomada de decisões gerenciais da empresa.

Foram elaborados demonstrativos complementares com a utilização da técnica de correção monetária integral, calculando-se indicadores de análise de balanços, primeiramente tomando-se por base os demonstrativos sem correção e, após, com correção, em seguida comparando os resultados obtidos.

Com a implantação do Plano Real, e a estabilização da moeda, a correção monetária dos demonstrativos contábeis foi abolida, o que fez com que a maioria das empresas não mais leve em consideração os efeitos da inflação, o que pode

acarretar distorções nos demonstrativos contábeis das empresas e, em muitos casos, incorrer em interpretações e decisões errôneas por parte dos gestores.

Observando-se os índices inflacionários dos últimos dez anos constata-se que a inflação acumulada é significativa, esse percentual fez com que houvesse interesse em estudar e analisar as possíveis distorções que possam existir pela não atualização destes nos demonstrativos. Por meio desta pesquisa buscamos levantar essas possíveis distorções e apresentar suas influências na avaliação patrimonial da empresa bem como nas informações que servem como base para o processo de tomada de decisão.

2. MARCO TEÓRICO

2.1. A contabilidade e a correção monetária

Para um maior entendimento sobre a correção monetária e sua aplicação, primeiramente, precisa-se situar este importante instrumento de informação dentro do mundo contábil, mostrando o que já pode ser encontrado na literatura sobre o assunto e qual a sua importância para a tomada de decisões dos gestores das mais variadas entidades, em especial da empresa que será analisada.

Segundo Franco (1997) a contabilidade é considerada um conjunto de conhecimentos, com princípios e normas próprias. É na acepção ampla do conceito de ciência, uma das ciências econômicas e administrativas. Tem por função registrar, classificar, demonstrar, auditar e analisar todos os fenômenos que ocorrem no patrimônio das entidades, objetivando fornecer informações, interpretações e orientação sobre a composição e as variações desse patrimônio para a tomada de decisões de seus administradores.

Conforme Ludícibus (2000) a contabilidade é uma ciência nitidamente social quanto às suas finalidades, mas, como metodologia de mensuração abarca tanto o social quanto o quantitativo. Cita também a contabilidade como um sistema de informação e avaliação com finalidade de utilizar demonstrações e análises sobre a entidade objeto de estudo da contabilidade, para os mais variados fins aos seus usuários.

Para o Conselho Federal de Contabilidade, através da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 1, a informação contábil se expressa por diferentes meios, como demonstrações contábeis, escrituração ou registros permanentes e sistemáticos, documentos, livros, planilhas, listagens, notas explicativas, mapas, pareceres, laudos, diagnósticos, prognósticos, descrições críticas ou quaisquer outros utilizados no exercício profissional ou previstos em legislação.

Conceitua também o usuário como toda pessoa física ou jurídica (acionistas, administradores, credores, autoridades governamentais, financiadores de qualquer natureza, clientes, entre outros) que de alguma maneira demonstre interesse, de forma permanente ou transitória, na avaliação da situação atual e projeções para o futuro da entidade em questão.

Destaca que a informação contábil, em especial aquela contida nas demonstrações contábeis deve propiciar revelação suficiente sobre a entidade, de modo a facilitar a concretização dos propósitos do usuário. Vale lembrar que estas informações devem ser confiáveis, chegar ao seu destino em tempo hábil, serem facilmente compreendidas, e na medida do possível, estudar os fatos do passado para que se façam comparações. Esses fatores combinados irão ajudar na tomada de decisões.

2.2. Correção monetária: consequência da inflação

Durante décadas conviveu-se, no Brasil, com o terror do aumento descontrolado do nível de preços. Hoje em decorrência de uma situação econômica mais estável constata-se que a inflação não deixou de existir em nosso país, porém encontra-se em níveis mais tolerantes.

Souza (1997) conceitua a inflação, no sentido em que é empregado usualmente o termo, como um processo de aumento generalizado e persistente do nível de preços. Portanto, o termo inflação não se refere ao aumento do preço de um ou de outro bem, individualmente, mas ao aumento do índice de preços, que é a média ponderada de todos os preços.

Ainda, conforme Keynes(1983 apud SOUZA 1997, p.248):

O lado maléfico da inflação se faz sentir pelos seus efeitos. Se a inflação fosse uniforme e afetasse as transações igualmente, seus efeitos seriam nulos. Uma variação no valor do dinheiro, isto é no nível de preços só é importante para a sociedade na medida em que sua incidência seja desigual. O principal efeito da inflação é a redistribuição perversa da renda, pois preços e salários não se alteram à mesma taxa, durante períodos de inflação alta. Outro efeito da inflação é de inibir os investimentos e a produção em razão da especulação e das incertezas.

Contudo, para o governo, a inflação não é necessariamente maléfica porque em anos anteriores pode-se perceber que ele financiava o seu déficit gerando a inflação.

Simonsen (1995) vem corroborar com essa argumentação quando afirma que o déficit real do setor público terá que ser coberto pelo aumento real da base monetária mais a arrecadação do imposto inflacionário. Se o primeiro não for suficiente para cobrir todo o déficit público, os preços terão que subir continuamente

para que as contas reais do governo fechem via arrecadação do imposto inflacionário.

De acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade as transações são contabilizadas em uma mesma base, no caso, a moeda do país de origem da empresa.

Entretanto, em período de redução ou aumento substancial do poder de compra, ou seja, de inflação ou deflação galopante, a moeda pode não ser um bom parâmetro de avaliação das demonstrações contábeis.

Segundo o Princípio da Atualização Monetária art. 8º, I -: “a moeda, embora aceita universalmente como medida de valor, não representa unidade constante em termos de poder aquisitivo”.

A metodologia da correção monetária está intimamente ligada à inflação e esta teve no seu devido tempo grande ênfase no resultado auferido pelas empresas, visto que os balanços eram corrigidos pelos índices inflacionários oficiais do governo.

O objetivo principal da correção monetária segundo Almeida (1995) é, exatamente, empregar os efeitos da inflação sobre os elementos patrimoniais de modo a possibilitar que as demonstrações contábeis sirvam para fins gerenciais e retratem o real estado econômico-financeiro da empresa.

2.3. Índices de medida da inflação

Os números índices de medida da inflação são calculados e publicados por entidades públicas e privadas tais como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), FGV (Fundação Getúlio Vargas), FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), etc.

Entretanto a metodologia e o conceito da cesta básica para a medida de inflação, bem como o período da coleta de preços, variam grandemente. Uma mesma entidade pode calcular diversos índices, específicos para diversas situações.

O dólar é também usado muitas vezes como número índice, medindo-se a inflação em relação àquela moeda, embora esta prática tenha restrições.

A seguir tem-se uma descrição dos principais Indexadores usados no Brasil.

- **IGP / FGV:** Índice Geral de Preços, calculado pela FGV. É uma média ponderada do índice de preços no atacado (IPA), com peso 6; de preços ao consumidor (IPC) no Rio de Janeiro e São Paulo, com peso 3; e do custo da construção civil (INCC), com peso 1. Usado em contratos de prazo mais longo, como aluguel.
- **IGP – DI:** Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, da FGV, reflete as variações de preços de todo o mês de referência. Ou seja, do dia 1 ao 30 de cada mês. Ele é formado pelo IPA, IPC e INCC, com pesos de 60%, 30% e 10%, respectivamente. O indicador apura as variações de preços de matérias-primas agrícolas e industriais no atacado e de bens e serviços finais no consumo.
- **IGP – M:** Índice Geral de Preços do Mercado, também da FGV. Metodologia igual à do IGP-DI, mas a coleta de preços é feita entre os dias 21 do mês anterior e 20 do mês corrente, com divulgação no dia 30. O IGP tradicional abrange o mês fechado. O IGP-M é elaborado para contratos do mercado financeiro. É composto por três índices: IPA, IPC e INCC, que representam 60%, 30% e 10%, respectivamente, do IGP-M.
- **IPC:** Índice de Preços ao Consumidor, calculado pela FGV, mede a inflação para famílias com rendimentos entre 1 e 33 salários mínimos, em São Paulo e no Rio de Janeiro. O IPC representa 30% do IGP-M. Este índice é calculado para três intervalos diferentes, e compõem os demais índices calculados pela FGV (IGP-M, IGP-DI e IGP-10), com um peso de 30%.
- **IPA:** Índice de Preços no Atacado, calculado pela FGV, com base na variação dos preços no mercado atacadista. Este índice é calculado para três intervalos diferentes, e compõem os demais índices calculados pela FGV (IGP-M, IGP-DI e IGP-10), com um peso de 60%.
- **INCC:** Índice Nacional do Custo da Construção, calculado pela FGV, mede a variação de preços de uma cesta de produtos e serviços atualizados pelo setor de construção civil. Este índice é calculado para três intervalos diferentes, e compõem os demais índices calculados pela FGV (IGP-M, IGP-DI e IGP-10), com um peso de 10%.
- **IGP-10:** Índice Geral de Preços 10, também da FGV e elaborado com a mesma metodologia do IGP e do IGP-M. A única diferença é o período de coleta de preços: entre o dia 11 de um mês e o dia 10 do mês seguinte.

- **IPC-RJ:** Considera a variação dos preços na cidade do Rio de Janeiro. É calculado mensalmente pela FGV e toma por base os gastos de famílias com renda de 1 a 33 salários mínimos.
- **IPC-Fipe:** Índice de Preços ao Consumidor da FIPE, da USP, pesquisado no município de São Paulo. Reflete o custo de vida de famílias com renda de 1 a 20 salários mínimos. Divulga também taxas quadrissemanais
- **ICV-Dieese:** Índice do Custo de Vida do DIEESE, também medido na cidade de São Paulo. Reflete o custo de vida de famílias com renda média de R\$ 2.800 (há também índices para a baixa renda e a intermediária).
- **ICVM:** Índice do Custo de Vida da Classe Média. Calculado pela Ordem dos Economistas, a pesquisa é realizada no município de São Paulo, tomando como base as despesas das famílias que tenham uma renda mensal na faixa entre 10 e 40 salários mínimos. O período de coleta de preços vai do primeiro ao último dia do mês corrente e o índice é divulgado aproximadamente no 10º dia do mês seguinte.
- **INPC:** Índice Nacional de Preços ao Consumidor, média do custo de vida nas 11 principais regiões metropolitanas do país para famílias com renda de 1 até 8 salários mínimos, medido pelo IBGE
- **IPCA:** Índice de Preços ao Consumidor Amplo, também do IBGE, calculado desde 1980, semelhante ao INPC, porém refletindo o custo de vida para famílias com renda mensal de 1 a 40 salários mínimos. A pesquisa é feita nas mesmas 11 regiões metropolitanas. Foi escolhido como alvo das metas de inflação ("inflation targeting") no Brasil
- **CUB:** Custo Unitário Básico, índice que reflete o ritmo dos preços de materiais de construção e da mão-de-obra no setor. Calculado por sindicatos estaduais da indústria da construção, chamados de Sinduscon, e usado em financiamentos de imóveis.

A comparação entre índices deve ser feita cuidadosamente em função da diferença das cestas de medida e do período utilizado para seu cálculo.

2.4. Evolução da correção monetária legal no Brasil

A desvalorização acelerada da moeda, dificuldade para obtenção de empréstimos públicos, especialmente os de longo prazo, e necessidade de alongamento de prazo para pagamento de dívida pública mobiliária são fatores que podem contribuir para que um país venha a introduzir no seu ordenamento jurídico a correção monetária.

Para uma adequada compreensão da importância e utilização da correção monetária na contabilidade faz-se necessário uma análise de sua evolução histórica desde sua entrada na composição da contabilidade até a atualidade.

A correção monetária tornou-se obrigatória em meados dos anos sessenta do século passado, como defesa durante um longo período inflacionário que se viveu. Conforme pode visualizar-se na Lei n.º 4.506, de 30 de novembro de 1964, art. 3º, onde afirma que, a partir do exercício financeiro de 1965, os valores expressos em cruzeiros, segundo a legislação do imposto de renda, "serão atualizados anualmente em função de coeficientes de correção monetária estabelecida pelo Conselho Nacional de Economia, desde que os índices gerais de preços se elevem acima de 10% ao ano ou de 15% em um triênio".

Porém, antes disso a Lei nº 3.470 de 1958 facultou às empresas a utilização de índices de correção fixados bianualmente pelo Conselho Econômico Nacional. Era somente possível corrigir os ativos fixos ao final de cada dois anos. Essa lei introduziu a expressão "correção monetária" no Brasil.

A lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964, art. 5º, salientou o uso de correção monetária nas prestações e dívidas decorrentes de contratos de vendas ou construção de habitações para pagamento a prazo. Este reajuste baseava-se no IGPM, que deixa as parcelas no valor que reflita as variações do poder aquisitivo da moeda.

Em de 30 de dezembro de 1968, o Decreto Lei nº 401, art. 29, facultou ao Ministro de Estado da Fazenda atualizar monetariamente os valores expressos em cruzeiros na legislação tributária. Nos exercícios posteriores, a prática da correção monetária foi se difundindo nos diversos setores da economia, englobando vários ramos de atividades, pois atividades que envolvessem pagamentos e recebimentos

sem a indexação da moeda, poderiam representar um ganho para o devedor e uma perda para o credor.

Seguindo este princípio, o Poder Judiciário passou a adotar esta prática nas ações, as quais intermedia. Em 8 de abril de 1981, a Lei nº 6.899 determina a incidência de correção em qualquer decisão judicial, englobando também as custas e honorários advocatícios.

A Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, previu a correção monetária de valores de dedução, tabela e montante do imposto de renda das pessoas físicas, calculada aos mesmos índices aprovados para reajustar as Obrigações do Tesouro Nacional - OTN, aplicável aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 1989.

Por sua vez, a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, instituiu a Unidade Fiscal de Referência - UFIR, como medida de valor e parâmetro de atualização monetária de tributos e de valores expressos em cruzeiros na legislação tributária federal.

A referida lei determinou a conversão dos valores expressos em cruzeiros em quantidade de Unidade Fiscal de Referência - UFIR, pelo valor desta no mês do pagamento ou no mês em que tiverem sido consideradas na base de cálculo sujeita à incidência mensal do imposto de renda na fonte. Com isso, não só o imposto apurado, mas também os valores em moeda corrente, considerados na apuração da base de cálculo do imposto, passaram a ter reajuste monetário automático a cada mês. Portanto, dispensou-se a edição periódica de lei para corrigir valores que compõem a base de cálculo já que integravam a tabela progressiva do imposto a ser pago ou restituído.

Esse regime de correção monetária automática, com os valores da legislação tributária federal fixados em UFIR, perdurou até 31 de dezembro de 1994, ano de início de implantação do Plano Real.

A partir de 1994, a implantação do Plano Real permitiu que, tanto os títulos da dívida mobiliária interna da União quanto os valores previstos na legislação tributária federal, inclusive créditos tributários recebidos com atraso, deixassem de ser corrigidos monetariamente, devido às condições visivelmente favoráveis, a desindexação da moeda e uma maior estabilidade do poder de compra desta.

Verifica-se, portanto, que, no tocante aos tributos federais, a desindexação foi e continua sendo total. Todos os valores previstos na legislação tributária federal são expressos em reais e não podem sofrer incidência de correção monetária por falta de previsão legal.

2.5. Extinção da correção monetária legal

Foi o Brasil o país responsável pela criação da Correção Monetária que em pouco tempo foi adotada por vários outros países, segundo Neves (1998). Ela veio como instrumento responsável pela recomposição do poder de compra dos ativos das organizações e ocorreu com certa eficácia durante aproximadamente trinta anos, quando, por vários motivos, foi extinta pela Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. Em seu art. 4º diz que:

Fica revogada a correção monetária das demonstrações financeiras de que tratam a Lei nº 7.799 de 10 de julho de 1989 e o art 1º da Lei nº 8.200 de 28 de junho de 1991, Parágrafo Único. Fica vedada a utilização de qualquer sistema de correção monetária de demonstrações financeiras inclusive para fins societários.

A última correção monetária legal ocorreu em 31-12-95, tomando-se por base o valor da UFIR vigente em 1º-01-96, que correspondeu R\$ 0,8287. A Receita Federal continuou a divulgar os valores da UFIR (em 1996, semestral e em 1997, anual), entretanto, eles não são mais utilizados para fins de correção monetária societária.

A partir daí (dívidas e haveres da União) há apenas acréscimo de juros, equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) para títulos públicos federais. Não há previsão legal de correção monetária, e assim nenhum deles pode ser atingido por indexação.

2.6. A correção monetária na contabilidade

A contabilidade é entendida como um sistema capaz de transformar dados em informações, as quais poderão contribuir muito nas decisões tomadas pelos gestores. A informação precisa ser fidedigna e chegar ao seu destino em tempo

hábil, considerando-se as necessidades da entidade. A Correção Monetária dos demonstrativos financeiros vem colaborar com a precisão destas informações.

De acordo com Padoveze (1997, p. 77):

A Correção Monetária de balanços nada mais reflete do que os efeitos da inflação nas contas patrimoniais, portanto, perdas e ganhos monetários são valores reais que devem aumentar e diminuir o lucro do exercício. Dentro dessa linha conceitual, perdas e ganhos monetários dos ativos e passivos são relacionados com as contas da demonstração dos resultados que tem correlação direta com esses elementos patrimoniais.

Conforme Iudícibus (1998, p. 265):

Não é necessário ser profissional de contabilidade, administrador ou mesmo proprietário de empresa para perceber que as demonstrações contábeis de fim de período, bem como outros relatórios emanados do setor contábil, são estruturados em parte na pressuposição de que a moeda não sofre variações em seu poder aquisitivo intrínseco.

Neste sentido, a Correção Monetária foi criada para recompor o poder de compra dos ativos das organizações e utilizada com eficiência por vários anos. A Contabilidade foi quem concebeu o método de operacionalizar o instrumento a partir das suas Partidas Dobradas.

Matarazzo (2003) mostra os efeitos, em decorrência da inflação, sobre o ativo monetário e não monetário como também passivo monetário e não monetário:

- Ativo monetário: sofre perda que deve ser reconhecida pela empresa.
- Ativo não monetário: não sofre perda nem oferece ganho, entretanto, seu valor nominal deve ser alterado, ou seja, corrigido.
- Passivo monetário: representado pelos direitos de terceiros, sofre idêntico efeito da inflação que o ativo monetário, ou seja, com a inflação perde valor real e mantém o valor nominal.
- Passivo não monetário: é a diferença entre o ativo total e o passivo monetário, sofre, por isso, as perdas e ganhos decorrentes da inflação sobre os itens monetários e reflete a correção do valor nominal do ativo monetário.

Restavam o ativo e o passivo não monetários para serem atualizados monetariamente. O ativo não monetário seria atualizado porque não havendo intenção de vendê-lo, a organização assistia o seu valor aumentando a cada dia, via processo inflacionário, sem que este efeito estivesse sendo visto contabilmente. Já o passivo não monetário, por representar o capital próprio da empresa, precisava estar muito próximo da realidade econômico-financeira para um melhor controle dos seus donos.

A solução contábil não tardou e, com o surgimento da Conta do “Resultado da Correção Monetária”, resolveu-se parcialmente o problema. O mecanismo para a recomposição do poder de compra dos ativos seria definido assim: debitava-se o ativo não monetário pelo valor encontrado a partir da aplicação da taxa de inflação sobre a sua grandeza e em contrapartida se creditava a recém criada conta do Resultado da Correção Monetária. O mesmo procedimento se dava em relação ao passivo não monetário que seria creditado pelo valor encontrado a partir da aplicação daquela mesma taxa de inflação sobre sua grandeza e agora se debitava em contrapartida, o Resultado da Correção Monetária. Conforme demonstrado abaixo:

	Ativo não monetário
a	Resultado da Correção Monetária

	Resultado da Correção Monetária
a	Passivo não monetário

Mas a inflação continuava em alta e com isso começaram a aumentar ainda mais as distorções nas informações das demonstrações contábeis. Percebeu-se a necessidade de um sistema mais completo para reconhecer os efeitos causados pela hiperinflação do período.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) instituiu, por meio da instrução normativa 64/87, a Correção Monetária Integral, com a finalidade de fornecer informações complementares elaboradas em moeda de poder aquisitivo constante. Estavam obrigadas a divulgar essas informações complementares as companhias abertas.

Posteriormente, foi editada a instrução normativa 191/92 em substituição a anterior e para instituição da Unidade Monetária Contábil (UMC). Esta instrução dispõe sobre os procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis em moeda de capacidade aquisitiva constante, para o pleno atendimento aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, e dá outras providências.

Muito embora tenham sido consideráveis os avanços decorrentes da Instrução normativa 64/87 e suas alterações posteriores, ainda não se havia atingido o pleno atendimento aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, consoante as

definições constantes do Pronunciamento Técnico do IBRACON, aprovado pela Deliberação CVM nº 29, de 05 de fevereiro de 1986.

Para tanto, buscou-se na Instrução ora comentada a eliminação das principais limitações apresentadas pelas instruções supracitadas, derivadas das dificuldades operacionais de implantação e de entendimento de um sistema, a princípio, bastante complexo.

A Correção Monetária Integral (CMI) surgiu como uma importante fonte de informação para a Contabilidade, já que sua finalidade era ajustar as demonstrações contábeis em uma única moeda, adotando um índice capaz de refletir os efeitos da inflação. Era vista como tecnicamente superior a Correção Monetária Legal porque apresentava os efeitos da inflação em todas as contas das demonstrações contábeis, além de uma melhor fonte de informação gerencial.

As demonstrações, por serem elaboradas em total conformidade com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, e por serem apresentadas em um único padrão monetário, proporcionam uma apresentação mais adequada da situação financeira e patrimonial da companhia, facilitando a avaliação dos resultados e patrimônios.

Tem sido motivo de grande preocupação, tanto para a CVM quanto para as entidades representativas dos agentes do mercado de capitais brasileiro, a fixação do indexador a ser utilizado na elaboração das demonstrações contábeis em moeda de capacidade aquisitiva constante.

Historicamente, este indexador tem sido idêntico ao fixado pela legislação fiscal e utilizado na atualização monetária das demonstrações contábeis elaboradas na forma societária. A determinação destes índices, no entanto, atendeu em diversas oportunidades, única e exclusivamente, às necessidades e exigências da política fiscal e monetária.

Como consequência, percebeu-se ser imprescindível a criação de um padrão monetário exclusivo para a elaboração das demonstrações contábeis das companhias abertas, dadas as suas características peculiares de transparência e publicidade.

Desse modo, a CVM instituiu, por meio da Instrução ora comentada, a Unidade Monetária Contábil - U.M.C. - como unidade de referência a ser utilizada pelas companhias abertas para a elaboração das demonstrações contábeis em

moeda de capacidade aquisitiva constante, que representou uma garantia da qualidade da informação oferecida aos investidores.

Ciente dos vultuosos custos que seriam envolvidos na implantação imediata de registros duplicados - um para a elaboração das demonstrações contábeis na forma societária e outro para as demonstrações contábeis em moeda de capacidade aquisitiva constante - a CVM determinou a identificação da expressão monetária da UMC à expressão monetária da Unidade Fiscal de Referência Diária - UFIR Diária -, depois de concluir sobre a sua representatividade em relação à perda do poder de compra da moeda nacional.

Após a extinção da Correção Monetária Legal a CVM emitiu a instrução normativa 248/96 que tornou facultativo o uso da Correção Monetária Integral. Com essa não obrigatoriedade, a maioria das empresas deixou de utilizá-la e a contabilidade perdeu uma importante fonte de informação na análise e tomada de decisões gerenciais.

Para Ludícibus (1998 p. 268):

O pior de tudo é termos inflação, por mais baixa que seja, e nada considerarmos nas apurações do resultado e nos balanços das empresas. A Contabilidade, com isso, presta um desserviço pela informação não adequada que presta. Por isso, mesmo que a correção não exista por imposição legal, todo profissional de qualidade precisa gerencialmente evidenciar os efeitos da inflação.

Assim, fica saliente a necessidade de que seja observada a correção monetária dos demonstrativos contábeis, mesmo que os índices de inflação sejam considerados baixos.

2.7. Correção monetária integral: um subsídio importante no processo decisório

Os itens não-monetários representam aqueles elementos patrimoniais cujo objeto de avaliação se apresenta na forma de bens tangíveis ou intangíveis, de direitos e obrigações representativos de propriedade e/ou de recebimento ou entrega futura de bens ou serviços. São os elementos que compõem o capital não financeiro de uma companhia.

Os valores representativos destes elementos não estão sujeitos à corrosão provocada pela inflação, não acarretando a sua manutenção no patrimônio da sociedade qualquer perda ou ganho inflacionário.

De outra forma, muito embora não possam ser considerados itens não-monetários, uma vez que poderão ou deverão ser saldados em moeda, certos elementos patrimoniais devem, por força de determinação específica da legislação fiscal ou em virtude de suas características peculiares, ser controlados como itens não-monetários. São exemplos destes elementos os contratos mútuos firmados entre partes relacionadas, os adiantamentos para futuro aumento de capital e as provisões ativas e passivas.

Dessa forma, a atualização monetária destes elementos torna-se necessária para que seja possível a manutenção dos seus respectivos valores representativos frente à variação do poder de compra da moeda, a fim de garantir a sua adequada avaliação.

Esta atualização monetária deverá ser realizada a partir do ajuste ao valor presente dos elementos patrimoniais não-monetários, na data de sua formação ou aquisição.

O Conselho Federal de Contabilidade, ao dispor sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade (PFC), por meio da Resolução CFC nº 750, de 19 de dezembro de 1993, assim enuncia o Princípio da Atualização Monetária:

Art. 8º Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis através do ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

II - para que a avaliação do patrimônio possa manter os valores das transações originais, é necessário atualizar sua expressão formal em moeda nacional, a fim de que permaneçam substantivamente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por consequência, o patrimônio líquido.

As entidades que elaboram e divulgam suas demonstrações contábeis devem seguir os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Nesse contexto, para pleno atendimento a tais Princípios, as demonstrações contábeis preparadas em moeda de capacidade aquisitiva constante (Correção Monetária Integral - CMI) incluíram os efeitos inflacionários até 31 de dezembro de 1997.

Em 1998, devido ao baixo índice de inflação, medido pelo IGP-M da FGV (1,8%), os efeitos inflacionários deixaram de ser reconhecidos pela maioria das entidades.

O princípio da atualização monetária obriga a correção monetária quando a inflação se aproxima ou exceda a 100% ao triênio.

Quando da elaboração das demonstrações contábeis em moeda de capacidade aquisitiva constante, os seguintes assuntos de relevante importância devem ser observados.

a) a probabilidade de recuperação do valor dos ativos no curso normal das operações da entidade; e

b) o reconhecimento do imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias entre a CMI e as demonstrações contábeis preparadas de acordo com a Legislação Societária (LS), como previsto na NPC 25 - Contabilização do Imposto de Renda e da Contribuição Social, do Ibracon.

Até 31 de dezembro de 1995, as companhias abertas, por determinação da CVM, apresentavam dois conjuntos de demonstrações contábeis. Ambos os conjuntos contemplavam a atualização monetária.

O primeiro denominado “Pela Legislação Societária” (LS), previa a atualização monetária de determinados itens não-monetários. Nesse conjunto, o resultado da atualização monetária era demonstrado em uma única linha. Além da não-atualização de todos os itens não-monetários, as demonstrações contábeis correspondentes ao ano anterior, incluídas para fins de comparação, não tinham seus valores atualizados para a moeda de capacidade aquisitiva da data das do ano corrente, o que dificultava a comparação de ambas.

O segundo conjunto de demonstrações, denominado “Pela Correção Monetária Integral” (CMI), contemplava a atualização monetária de todos os itens não-monetários, além de todos os elementos das demonstrações contábeis, a fim de traduzi-los à moeda de capacidade aquisitiva correspondente ao final do exercício.

Com o advento da Lei nº 9.249, de 20 de dezembro de 1995, a partir de janeiro de 1996, a atualização monetária das demonstrações contábeis para fins societários tornou-se facultativa.

Os procedimentos adotados pela Entidade para elaboração das demonstrações contábeis devem ser divulgados em nota explicativa, assim como a conciliação entre os montantes apurados pelas demonstrações elaboradas pela LS e

pela CMI, no caso de serem apresentadas ambas as demonstrações contábeis, ou quando essa divulgação for requerida por órgão regulador.

Na nota explicativa às demonstrações contábeis pela LS, a qual divulga estarem essas demonstrações preparadas atendendo às práticas contábeis estabelecidas pela legislação societária, deve ser dado esclarecimento de que a correção monetária somente foi aplicada até 31 de dezembro de 1995.

Segundo Ludícibus (1998), as principais vantagens encontradas na utilização da correção monetária integral, devido ao fato de ela apresentar todos os valores das demonstrações financeiras ajustados ao mesmo poder aquisitivo da moeda, são: a comparabilidade com outros períodos independentes do nível de inflação, possibilitando a correção dos estoques e demais contas das demonstrações; e a redução ao valor presente, permitindo a análise e conclusões muito mais adequadas, tendo com isso a contabilidade e as demonstrações financeiras sua credibilidade aumentada fazendo com que o profissional contábil e seu trabalho efetuado sejam mais valorizados.

Relata também que a tendência desta técnica é ser utilizada por outros tipos de entidades, pois se verifica sua importância para uso gerencial, na busca da eficiência e da produtividade e também na tentativa de diminuir a insegurança nas decisões sobre investimentos. Com utilização deste mecanismo, podem-se medir os reflexos das decisões.

2.8. Análise de balanços: transformando dados em informações

A análise de balanços surgiu no final do século passado desenvolvendo-se dentro do sistema bancário que foi e continua sendo seu principal usuário. Segundo Matarazzo (2003), no Brasil até 1968 a análise de balanços era ainda pouco utilizada e mesmo hoje não se percebe o adequado uso desse importante instrumento para a tomada de decisões.

Cita também (2003, p.15)

As demonstrações financeiras fornecem uma série de dados sobre a empresa, de acordo com regras contábeis. A análise de balanços transforma esses dados em informações e será tanto mais eficiente quanto melhores informações produzir [...] dados são números ou decisões de objetivos ou eventos que, isoladamente, não provocam nenhuma reação no leitor. Informações representam, para quem as receber, uma comunicação

que pode produzir reação ou decisão, freqüentemente acompanha de um efeito surpresa.

As informações prestadas pelo analista precisam estar ao alcance e ao entendimento da pessoa que vai se utilizar dessa informação. Normalmente os relatórios contábeis vêm acompanhados por gráficos e planilhas, para que se tornem mais acessíveis sem os termos técnicos normalmente encontrados nas notas explicativas das demonstrações contábeis.

As principais informações produzidas pela análise de balanços conforme Matarazzo (2003, p.18) são:

- Situação financeira.
- Situação econômica.
- Desempenho.
- Eficiência na utilização de recursos.
- Pontos fortes e fracos.
- Tendências e perspectivas.
- Quadro evolutivo.
- Adequação das fontes às aplicações de recursos.
- Causas das alterações na situação financeira.
- Causas das alterações na rentabilidade.
- Evidência de erros na administração.
- Providências que deveriam ser tomadas e não foram.
- Avaliação de alternativas econômico-financeiras futuras.

2.9. Demonstrações contábeis

Primeiramente para uma boa análise é necessário conhecer os demonstrativos contábeis obrigatórios e utilizados pelas empresas em suas publicações.

Conforme Blatt (2001, p. 01):

A análise das demonstrações financeiras, inclusive para fins de concessão de crédito, engloba a interpretação das demonstrações financeiras em conjunto com as notas explicativas, por meio de uma metodologia própria, visando obter o melhor entendimento possível da situação econômico-financeira da empresa, objetivando identificar e explicar fatores não-contábeis que possam afetar a mensagem das demonstrações financeiras.

Para Matarazzo (2003), as principais partes dessas publicações são:

- Relatório da Diretoria

Através desse relatório, a Diretoria presta informações aos acionistas sobre diversos aspectos do desempenho e de perspectivas da sociedade relativas a estratégias de vendas (...)

- Demonstrações Financeiras

- a) Balanço Patrimonial;
- b) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE);
- c) Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados ou Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL);
- d) Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR).

- Notas Explicativas: contêm um conjunto de elementos que auxiliam a fazer avaliação mais ampla da empresa.

- Parecer dos Auditores: É obrigatório apenas para as companhias abertas. Os auditores são contratados para emitir opiniões sobre a correção e a veracidade das demonstrações financeiras.

A estrutura básica das demonstrações financeiras é determinada pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404).

Conforme Matarazzo (2003, p. 41) “A legislação fiscal tomou essas determinações obrigatórias também para os demais tipos de sociedades. Por essa razão, todas as empresas, no Brasil, divulgam suas demonstrações financeiras sob a forma prevista na Lei das S.A”.

2.9.1 O balanço patrimonial

O balanço patrimonial (BP) retrata de forma estática o conjunto de bens, direitos e obrigações de um empreendimento. Para Ludícibus (2000, p. 26): “O balanço tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial da empresa em determinada data, representando, portanto, uma posição estática”.

Gitman (2000, p.103) acrescenta que:

O balanço patrimonial apresenta a demonstração resumida da posição financeira da empresa em um determinado momento. A demonstração confronta os ativos da empresa [...] com suas fontes de financiamento, que podem ser passivos [...], ou patrimônio líquido [...].

Os ativos circulantes e os passivos circulantes são de curto prazo, isto significa que se espera que eles sejam convertidos em caixa ou sejam pagos até o término do exercício seguinte. Todos os outros ativos e passivos, juntamente com o patrimônio dos proprietários, que se presume que tenha um prazo indefinido, são considerados de longo prazo, visto que os mesmos devem permanecer no empreendimento por um período não inferior a um ano.

Os ativos são listados na estrutura do balanço patrimonial em ordem decrescente de liquidez. Os valores que aparecem no balanço patrimonial, representam o valor histórico dos ativos disponíveis para gerar vendas e lucros. Assim, de maneira geral, o balanço patrimonial é um demonstrativo dos ativos, passivos e do patrimônio líquido.

O lado esquerdo desse demonstrativo, por convenção, mostra a composição dos ativos em circulantes e não circulantes. Os primeiros estão na forma de caixa e de outros ativos que constituem o capital de giro do empreendimento. Os segundos são principalmente constituídos de investimentos de longo prazo como, terrenos, edifícios, máquinas, equipamentos etc.

O lado direito do balanço patrimonial, mostra o passivo circulante representado pelas duplicatas a pagar, títulos a pagar e outros passivos de curto prazo. A partir desse ponto encontra-se o exigível em longo prazo, que seja convertido em passivo exigível após o término do exercício seguinte. Após deduzir do ativo o passivo exigível encontra-se o patrimônio líquido que representa o capital próprio do empreendimento, constituído pelo capital dos sócios, reservas e lucros ou prejuízos acumulados, gerados pelo empreendimento após a dedução dos dividendos pagos. Acrescenta-se que se o empreendimento fosse liquidado e todos os direitos dos credores atendidos, o que sobrasse seria distribuído entre os sócios.

Como um demonstrativo de ativos e passivos, o balanço patrimonial permite a verificação da composição desses componentes, possibilitando a decisão quanto à solidez de suas alocações. Deduzindo os passivos circulantes dos ativos circulantes, tem-se uma idéia quanto à liquidez do empreendimento. A relação entre os lucros e os ativos investidos, indica como tais ativos estão sendo utilizados para gerar os lucros.

ATIVO	PASSIVO
ATIVO CIRCULANTE <ul style="list-style-type: none"> • disponibilidades • títulos negociáveis • duplicatas a receber • Estoques ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO ATIVO PERMANENTE <ul style="list-style-type: none"> • investimentos • ativo imobilizado • ativo diferido TOTAL DO ATIVO	PASSIVO CIRCULANTE <ul style="list-style-type: none"> • Duplicatas a pagar • Títulos a pagar EXIGÍVEL EM LONGO PRAZO RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS PATRIMÔNIO LÍQUIDO <ul style="list-style-type: none"> • Capital social • Reservas • Lucros ou prejuízos acumulados TOTAL DO PASSIVO

Quadro 1: Estrutura do Balanço Patrimonial

2.9.2. Demonstrativo do resultado (DRE)

Na visão dinâmica do empreendimento o demonstrativo de resultado do exercício (DRE) é a peça mais importante para fins de análise, pois fornece uma visão mais dinâmica das mudanças esperadas no cenário dos recursos do empreendimento. Gitman (2000) esclarece que esse demonstrativo fornece o resumo financeiro dos resultados operacionais do empreendimento durante um período específico, sendo usualmente projetado mensalmente para o período de um ano que termina em uma data específica, geralmente no último dia do ano calendário.

Para o Conselho Federal de Contabilidade, através da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 3:

3.3.2.1 – A demonstração do resultado compreenderá:

- a) as receitas e os ganhos do período, independentemente do seu recebimento;
- b) os custos, despesas, encargos e perdas pagos ou incorridos, correspondentes a esses ganhos e receitas.

O lucro ou prejuízo calculado no demonstrativo aumenta ou reduz o patrimônio no balanço. O demonstrativo do resultado do exercício é assim, um suplemento necessário ao balanço patrimonial, pois explica o componente principal de mudança na conta do patrimônio líquido e fornece uma variedade de informações para a avaliação de desempenho.

Assim, essa peça contábil mostra as receitas obtidas em um período específico e os custos e despesas incorridas contra essas receitas, incluindo os débitos que não envolvem caixa, tais como, a depreciação e amortização de vários ativos. A partir da síntese das operações realizadas pelos empreendimentos em determinado intervalo de tempo, o demonstrativo de resultado do exercício permite a apreciação de diversos aspectos relacionados à eficiência empresarial, sejam eles operacionais, administrativos ou financeiros.

Desse modo, essa é a demonstração contábil que mais fornece juízo de valores para o planejamento e o acompanhamento dos planos estratégicos na dimensão econômico-financeira do empreendimento, especialmente no que se refere a receitas, despesas e resultados, isto é, lucro ou prejuízo. Através de seus números, também é possível chegar às causas operacionais e comportamentais, face à riqueza de informações.

Evidentemente que, quando elaborado a partir de um plano de contas bem estruturado e sintonizado com as peças orçamentárias e de planejamento, seus dados expõem o grau de competência dos gerentes do empreendimento. Ao discriminar as diversas rubricas que formarão o lucro ou prejuízo do período, esse relatório retrata, como as estratégias, as medidas e as metas de todos os níveis organizacionais poderão contribuir para a criação de valor para os proprietários.

A DRE começa mostrando o valor da receita bruta de vendas. O empreendimento também incorre em desembolsos que incluem o custo dos produtos vendidos e outras despesas operacionais. Após a dedução dos custos dos produtos vendidos e das despesas operacionais das vendas, resulta o lucro operacional. A partir desse ponto, o demonstrativo de resultado do exercício passa a considerar as despesas financeiras. Subtraindo essas despesas do lucro operacional, obtém-se o lucro antes do imposto de renda. O lucro líquido do exercício é encontrado após a dedução do imposto de renda (IR) e da contribuição social (CS).

RECEITA BRUTA DE VENDAS
MENOS: CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS
LUCRO BRUTO
MENOS: DESPESAS OPERACIONAIS
• DESPESAS COM VENDAS
• DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS
• DESPESAS DE DEPRECIAÇÃO
LUCRO OPERACIONAL
MENOS: DESPESAS FINANCEIRAS
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA
MENOS: IMPOSTO DE RENDA
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Quadro 2: Estrutura sintética da DRE

2.10. Análise econômico-financeira

A análise de balanços é uma técnica que pode aprofundar-se com a utilização de elementos adicionais, o primeiro deles é a análise vertical e horizontal dos demonstrativos, e após a utilização de índices, que vem a corroborar com o enriquecimento das informações fornecidas pelo relatório de análise.

2.10.1 A análise horizontal

A análise horizontal é realizada a partir de um conjunto de balanços e demonstrações de resultados consecutivos. Para cada elemento desses demonstrativos são calculados números-índice, cuja base, corresponde ao valor mais antigo da série.

Na visão de Martins e Assaf Neto (1993) em termos nominais, essa análise permite que se avalie a evolução nominal dos vários itens de cada demonstração financeira em intervalos seqüenciais de tempo. Braga (1995) acrescenta que a construção de cadeias sucessivas de números-índice se justifica, apenas se existirem diversos saldos sucessivos a serem comparados, com a posição base. Ressalta-se que com apenas duas posições consecutivas, será mais conveniente calcular porcentagens de acréscimo ou decréscimo sobre a posição anterior.

Nestes termos, Ludícibus (1998) destaca que esse tipo de análise é muito importante para descobrir e avaliar a estrutura e composição dos itens das demonstrações e a sua evolução no tempo. Dessa maneira, a análise horizontal permite

verificar a evolução de uma conta ou de um grupo de contas entre períodos diferentes. Serve também, para a construção de uma série histórica do empreendimento, sendo fundamental para a projeção de tendências. Esse tipo de análise trabalha fundamentalmente com efeitos e, dificilmente revela as causas das mudanças, podendo ser evolutiva ou retrospectiva.

Acrescenta-se, que sob condições inflacionárias, os dados da análise horizontal estarão distorcidos se calculados diretamente sobre saldos históricos. Assim, esses valores nominais devem ser corrigidos a partir da utilização de um indexador que reflita adequadamente as variações no nível geral de preços.

2.10.2 A análise vertical

A análise vertical é aplicada sobre o balanço patrimonial e o demonstrativo do resultado do exercício. Permite, de maneira mais efetiva, que sejam conhecidas todas as alterações ocorridas na estrutura dos demonstrativos financeiros complementando as conclusões obtidas na análise horizontal. É desenvolvida através de comparações entre valores afins ou relacionáveis identificados numa mesma demonstração financeira.

Para Braga (1995, p.145) :

No balanço, a análise vertical fornece indicadores que facilitam a avaliação da estrutura do ativo e das suas fontes de financiamento. Esses indicadores correspondem às participações percentuais dos saldos das contas e dos grupos patrimoniais sobre o total do ativo ou do passivo acrescido do patrimônio líquido. [...]. No demonstrativo do resultado do exercício possibilita avaliar a participação de cada elemento na formação do lucro ou prejuízo do período. A base dos cálculos das porcentagens corresponde ao valor da receita operacional líquida.

Martins e Assaf Neto (1993) acrescentam que por trabalhar com valores relativos, isto é, considerar percentualmente as proporções existentes entre as diversas contas, a análise vertical dispensa qualquer processo de indexação dos valores considerados e produz as mesmas interpretações em bases nominais ou bases reais.

O confronto das análises verticais realizadas em diferentes datas permite a identificação das alterações estruturais ocorridas na posição econômico-financeira do empreendimento. A análise horizontal mostra a evolução das contas no tempo de cada período específico. Isoladamente, essas duas técnicas poderão induzir a erros de avaliação, em conjunto, permitem identificar os elementos que merecem uma

investigação mais profunda para determinar as causas dos seus desvios e adotar medidas corretivas cabíveis.

2.10.3. A análise dos índices econômico-financeiros

A análise através de índices é utilizada pela administração para monitorar o desempenho de um empreendimento, de um período para outro. Desse modo à análise dos índices poderá ser utilizada para a verificação do desempenho em períodos já ocorridos e no planejamento do próximo período.

Os índices financeiros podem ser divididos em quatro grupos ou categorias básicas:

2.10.3.1. A análise da liquidez ou solvência do empreendimento

Os indicadores de liquidez enfocam a capacidade do empreendimento fazer frente aos compromissos assumidos. De acordo com Gitman (2000, p.133): “A liquidez de uma empresa é mensurada por sua capacidade de atender a suas obrigações de curto prazo na data do seu vencimento”. Groppelli e Nikbakht (1998) são mais específicos ao salientarem que o grau de liquidez de um ativo depende da rapidez com que ele é transformado em caixa sem incorrer em perda substancial. Em essência, os índices de liquidez testam o grau de solvência do empreendimento.

Uma restrição atribuída a esses índices por Martins e Assaf Neto (1993) diz respeito à posição estática que revelam em função de não refletirem a época em que ocorrerão as diversas entradas e saídas circulantes.

O Índice de liquidez geral mede a quantidade dos bens e direitos realizáveis do empreendimento para fazer frente as suas dívidas totais. Em outras palavras mede quantas unidades monetárias o empreendimento possui no ativo circulante (AC) e ativo realizável em longo prazo (ARLP), para cada unidade monetária de dívida total.

O índice de liquidez geral (ILG) é calculado pela equação:

$$\text{ILG} = \frac{\text{AC} + \text{ARLP}}{\text{PC} + \text{PELP}}$$

(1)

Onde:

PC: Passivo Circulante

PELP - Passivo Exigível em Longo Prazo

O índice de liquidez corrente determina a capacidade que o empreendimento possui para cobrir seus passivos correntes, pela conversão de seus ativos correntes em caixa. Visa medir a liquidez corrente e a existência de caixa suficiente para atender às necessidades do empreendimento. Nesse caso, a falta de caixa pode ocorrer porque os estoques são componentes que não têm liquidez imediata ou porque não se pode ter garantia de que todas as vendas realizadas serão recebidas.

O índice de liquidez corrente (ILC) é calculado pela equação:

$$\text{ILC} = \frac{\text{AC}}{\text{PC}} \quad (2)$$

O índice de liquidez seca é similar ao índice de liquidez corrente, a única diferença é que exclui os estoques do ativo circulante, por ser um ativo de menor liquidez. Assim, o índice de liquidez seca determina se o empreendimento poderia cumprir com suas obrigações passivas de curto prazo se as vendas caíssem drasticamente.

O índice de liquidez seca é calculado pela equação:

$$\text{ILS} = \frac{\text{AC} - \text{Estoques}}{\text{PC}} \quad (3)$$

O Índice de liquidez imediata revela a relação entre as disponibilidades e as dívidas de curto prazo, isto é, o passivo circulante. Se muito alto esse índice revela excesso de recursos parados no caixa ou um baixo volume de dívidas de curto prazo. Em qualquer das duas hipóteses, o excesso representa má gestão de recursos financeiros.

O índice de liquidez imediata (ILI) é calculado pela equação:

$$\text{ILI} = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{PC}} \quad (4)$$

A administração do capital de giro envolve um processo contínuo de tomada de decisões voltadas principalmente para a preservação da liquidez do empreendimento, mas que também dizem respeito a sua rentabilidade.

De acordo com Martins e Assaf Neto (1993, p.276):

O capital de giro ou capital circulante identifica os recursos que giram ou circulam várias vezes em determinado período. Ou seja, corresponde a uma parcela de capital aplicada pela empresa em seu ciclo operacional, caracteristicamente de curto prazo, a qual assume diferentes formas ao longo do seu processo produtivo e de venda.

Pelo conceito verifica-se que o valor total dos recursos que o empreendimento necessita para financiar seu ciclo operacional é representado pelo capital de giro. Para Bulgacov (1999, p.247): “[...] capital circulante líquido é a margem de segurança que a empresa tem contra qualquer mudança em relação às expectativas de transformação de seus ativos em caixa”.

Com este conceito o autor considera capital circulante líquido (CCL) os recursos que o empreendimento possui para saldar suas dívidas de curto prazo, mesmo que ocorram problemas originados por previsões que não se consolidaram, tais como: atrasos ou não recebimentos das vendas realizadas.

Gitman (2000) acrescenta que o CCL, apesar de não ser um índice é uma medida comum da liquidez global de um empreendimento. Nessa linha de raciocínio, para Assaf Neto e Silva (1997), o CCL pode ser obtido de duas maneiras distintas. A primeira e mais usual é a simples diferença AC e o PC, ou seja:

$$\boxed{\text{CCL} = \text{AC} - \text{PC}} \quad (5)$$

Outra maneira, considerada como um conceito mais rigoroso do CCL, normalmente é representado pelos recursos permanentes de longo prazo. Segundo este conceito, verifica-se a necessidade da utilização de recursos permanentes para compor o CCL próprio do empreendimento.

Dessa forma o CCL é obtido pela diferença entre a parcela do financiamento total em longo prazo que excede as aplicações também de longo prazo, conforme mostra a equação a seguir:

$$\boxed{\text{CCL} = (\text{PL} + \text{PELP}) - (\text{AP} + \text{ARLP})} \quad (6)$$

Onde:

PL = patrimônio líquido

AP = ativo permanente

Supõe-se que quanto maior o CCL, menor será o risco de insolvência do empreendimento. No entanto, a composição do ativo, deve ser analisada, pois caso a participação de estoques seja elevada ou possua ciclos muito longos, pode-se chegar a uma folga financeira aparente que na realidade não significa margem de segurança de recursos, uma vez que os estoques representam itens do ativo circulante com menor liquidez.

Outro aspecto para a análise do CCL refere-se às defasagens de fluxo de caixa, devido ao descompasso entre pagamentos e recebimentos, onde a folga financeira também poderá ser aparente.

Portanto, ao analisar o CCL deve-se levar em consideração que um nível elevado pode indicar ineficiência da administração dos ativos circulantes, prejudicando a rentabilidade do empreendimento, pois com exceção dos estoques os demais itens do ativo estão sujeitos aos efeitos da inflação no decorrer do tempo. E em alguns casos um nível baixo ou negativo, não implica necessariamente falta de liquidez, o que pode ocorrer quando o empreendimento dispõe de fontes de recursos oriundas de fornecedores e recebe de seus clientes à vista pelas suas vendas.

2.10.3.2 A análise do grau de endividamento

Esses índices exprimem relações que demonstram o grau de comprometimento do empreendimento perante terceiros. Para Martins e Assaf Neto (1993) tais indicadores mostram a forma pela qual os recursos de terceiros são utilizados pelo empreendimento e a sua participação relativa em relação ao capital próprio. A análise do grau de endividamento será detalhada utilizando-se diferentes parâmetros de avaliação.

A relação capital de terceiros / capitais próprios (CT/CP) indica quanto o empreendimento possui de dívidas em relação aos recursos dos proprietários. Um nível superior a 100% ou maior que 1,0 mostra um desequilíbrio entre essas duas fontes de financiamento do ativo. Sua interpretação é, quanto menor melhor. Para Martins e Assaf Neto (1993) essa medida revela o nível de endividamento do

empreendimento em relação ao seu financiamento através de recursos próprios (PL).

A equação a seguir especifica o cálculo:

$$\boxed{CT/CP = \frac{PC + PELP}{PL}} \quad (7)$$

Relação do capital de terceiros / passivo total (CT/ PT) mede a porcentagem dos recursos totais do empreendimento que se encontra financiada por capital de terceiros. Sabendo-se que o passivo total (PT) incorpora todos os recursos captados pelo empreendimento e que suas aplicações se encontram identificadas no ativo, essa medida representa também a proporção dos investimentos totais (AT), financiada mediante capital de terceiros.

O capital de terceiros corresponde à adição do PC com o PELP. Essa relação é calculada pela equação a seguir:

$$\boxed{CT/PT = \frac{PC + PELP}{PT}} \quad (8)$$

Garantia de capitais de terceiros (GCT) evidencia a possibilidade de cobertura das responsabilidades assumidas junto a terceiros, ou seja, a garantia que os fornecedores de crédito possuem em relação ao empreendimento. A equação a seguir mostra o cálculo dessa relação:

$$\boxed{GCT = \frac{PL}{PC + PELP}} \quad (9)$$

Composição do endividamento (CE) revela a composição das dívidas de curto prazo sobre as exigibilidades totais, isto é, o percentual de obrigações em curto prazo em relação às obrigações totais.

$$\boxed{CE = \frac{PC}{PC + PELP}} \quad (10)$$

Endividamento em longo prazo (ELP) revela a composição das dívidas de longo prazo sobre o investimento total, isto é, o percentual das obrigações em longo prazo em relação ao ativo total.

$$\boxed{ELP = \frac{PELP}{AT}} \quad (11)$$

Endividamento em curto prazo (ECP) revela a composição das dívidas de curto prazo sobre o investimento total, isto é, o percentual das obrigações de curto prazo em relação ao ativo total.

$$\boxed{ECP = \frac{PC}{AT}} \quad (12)$$

2.10.3.3. A análise da estrutura

Estes indicadores são utilizados basicamente, para aferir a estrutura das aplicações de recursos de um empreendimento, mostram as diretrizes das decisões financeiras, em termos de alocação de recursos. Evidenciam como a administração optou por distribuir os recursos dentro de seu campo de atividades.

Grau de Imobilização de capital próprio ou patrimônio líquido (GICP) é o quociente que indica o percentual de recursos próprios aplicados em investimentos permanentes. Chega-se ao seu resultado dividindo-se o AP pelo PL. Quanto menor for o índice melhor para o empreendimento. A equação a seguir mostra o cálculo dessa relação:

$$\boxed{GICP = \frac{AP}{PL}} \quad (13)$$

O Grau de imobilização dos recursos não correntes ou permanentes (GIRNC) indica o percentual dos recursos que não estão investidos no ativo permanente. Martins e Assaf Neto (1993) acrescentam que se esse índice apresentar resultado superior a 1, significa que os recursos permanentes do empreendimento não são suficientes para financiarem suas aplicações em ativos permanentes.

A equação a seguir mostra o cálculo dessa relação:

$$\text{GIRNC} = \frac{\text{AP}}{\text{PL} + \text{PELP}} \quad (14)$$

O Grau de imobilização do investimento total (GIIT) representa o percentual de investimento em ativo permanente em relação ao investimento total. A equação a seguir demonstra o cálculo:

$$\text{GIIT} = \frac{\text{AP}}{\text{AT}} \quad (15)$$

O Grau de financiamento do imobilizado (GFI) reflete o percentual de recursos exigíveis a longo prazo aplicados em ativos permanentes. A equação a seguir demonstra o cálculo desse indicador:

$$\text{GFI} = \frac{\text{PELP}}{\text{AP}} \quad (16)$$

O Grau de capitalização (GC) evidencia o percentual do AT financiado por recursos próprios. Quanto mais próximo de 1 for esse índice, menor a dependência do empreendimento em relação a capitais de terceiros.

A equação a seguir demonstra o cálculo:

$$\text{GC} = \frac{\text{PL}}{\text{AT}} \quad (17)$$

2.10.3.4 A análise da solidez econômica

A análise da solidez econômica do empreendimento é realizada a partir dos indicadores de margem bruta, margem líquida, rentabilidade e retorno sobre o ativo total. Para Martins e Assaf Neto (1993, p.252): “estes indicadores visam avaliar os resultados auferidos por uma empresa em relação a determinados parâmetros que melhor revelam suas dimensões”.

As principais bases de comparação adotadas para a análise da solidez econômica do empreendimento são, o ativo total, o patrimônio líquido e as receitas

de vendas. Os resultados normalmente utilizados são o lucro operacional e o lucro líquido.

A margem bruta (MB) indica o percentual remanescente da receita de vendas após a dedução do custo dos produtos vendidos (CPV). Para Gitman (2000, p.142): “A margem bruta mensura a porcentagem de cada unidade monetária de vendas que sobra após a empresa ter pago por seus produtos”. Quanto maior for a margem bruta, melhor, assim como, menor será o custo relativo dos produtos vendidos.

A margem bruta é obtida pela equação a seguir:

$$MB = \frac{\text{vendas} - \text{CPV}}{\text{vendas}} = \frac{\text{lucro operacional}}{\text{vendas}} \quad (18)$$

A margem líquida (L) revela o percentual da receita operacional líquida que restou após serem deduzidas todas as despesas e computados os resultados não operacionais. Este é um dos indicadores mais importantes, pois mede a eficiência das vendas e dos custos. Na visão de Gitman (2000) a margem líquida mensura a porcentagem de cada unidade monetária proveniente das vendas que restou após a dedução de todas as despesas, inclusive o IR e CS.

Pode-se calcular a lucratividade a partir da equação a seguir:

$$L = \frac{LL}{\text{Vendas}} \quad (19)$$

Onde:

LL- Lucro líquido

A rentabilidade (R) evidencia o percentual de retorno sobre o patrimônio líquido no período analisado. Para Gitman (2000) esse indicador mede o retorno sobre o investimento do proprietário do empreendimento, sendo que, quanto maior for essa taxa melhor para os proprietários, pois quanto maior a rentabilidade, mais rápido será a recuperação do capital investido e, conseqüentemente, mais viável o empreendimento.

$$R = \frac{LL}{PL} \quad (20)$$

A taxa de retorno sobre o ativo total (ROA) é também conhecida como retorno sobre o investimento (ROI), mede a rentabilidade final obtida sobre todos os recursos

investidos no empreendimento. Para Gitman (2000) essa taxa mensura a eficiência global do empreendimento em gerar lucros com seus ativos disponíveis. Quanto maior for o rendimento sobre o total dos ativos, melhor.

A taxa de retorno sobre o ativo total pode ser calculada pela equação a seguir:

$$\text{ROA} = \frac{\text{LL}}{\text{AT}}$$

(21)

3. METODOLOGIA

Método, segundo Fachin (2002), é entendido como sendo um instrumento do conhecimento que proporciona aos pesquisadores uma orientação geral que visa facilitar a pesquisa. Todo trabalho científico deve ter procedimentos metodológicos, que de acordo com Fachin (2002) conduzem a um modo no qual se realiza uma operação denominada conhecer, outra de agir e outra de fazer.

Esta pesquisa será desenvolvida junto à empresa Pega Leve Comércio de Calçados Ltda, empresa de comércio de médio porte da cidade de Santa Maria.

Serão utilizados dados históricos da empresa (balanço, demonstrativo de resultado, entre outros) obtidos junto ao departamento financeiro e de contabilidade para a análise e a comparação da utilização ou não de índices inflacionários no período de 2000 a 2004.

Para isto é necessário utilizar-se de um método científico, definido por Koche (2002, p.35) como sendo um conjunto de procedimentos não padronizados adotados pelo investigador, orientados por postura e atitudes críticas e adequados à natureza de cada problema investigado, ou seja, método científico é considerado a forma crítica de produzir o conhecimento científico.

Para o alcance eficiente de nossos objetivos, foi escolhido o método estudo de caso, este consiste em um estudo intensivo, segundo Fachin (2002). Busca considerar a compreensão dos fatos investigados como um todo. Tem como principal função explicar a sistemática dos fatos ocorridos fazendo relação com suas variáveis. Por serem muitos dados, estes são representados em forma de quadros e também por meio de uma análise descritiva, a fim de facilitar o entendimento do trabalho como um todo.

As técnicas a serem empregadas para a obtenção de informações necessárias abrangerão duas divisões:

1º- documentação indireta, compreendida pela pesquisa bibliográfica que será basicamente bibliografias de contabilidade, correção monetária e análise de balanços;

2º- documentação direta que será através de exames de documentos e informações obtidas junto à empresa.

No que diz respeito ao tratamento dos dados utilizar-se-ão modelos quantitativos e qualitativos visando a uma análise e interpretação de dados de maneira comparativa e de forma analítica.

Após o término da pesquisa serão apresentadas as considerações finais sobre o estudo de caso realizado.

4. PARTE PRÁTICA

4.1. A empresa

Pega Leve Comércio de Calçados Ltda, nome fictício dado a uma grande empresa do ramo calçadista de Santa Maria, consolidada no mercado a mais de 80 anos, conta hoje com nove lojas em Santa Maria e no estado, e mais de 200 colaboradores. Trabalha com todas as grandes marcas de calçados e é referência de variedade e preço para os consumidores, comercializando aproximadamente 700 mil pares ao ano.

Suas lojas diferenciam-se por segmento de atuação, sempre acompanhando as tendências da moda e a sazonalidade do mercado. As compras são efetuadas sempre de acordo com cada loja, isso acelera o processo e reduz os custos, por não utilizar um centro de distribuição.

Ela prima pela satisfação dos consumidores, e a qualidade de vida dos colaboradores, investindo constantemente em tecnologia e aprimoramento. Por pensar assim, em 2002 aumentou consideravelmente as vendas a prazo e, por exigência do mercado consumidor, foi criado um cartão próprio que ajudou a fidelizar e a aumentar o número de clientes. Hoje cerca de 35% das vendas a prazo são efetuadas com a utilização do cartão.

4.2. Procedimentos de aplicação prática

Nesta etapa do trabalho aplicou-se os fundamentos teóricos aos demonstrativos contábeis da empresa Pega Leve Comércio de Calçados Ltda.

Este estudo demonstrou, etapa por etapa, todos os passos necessários para uma maior elucidação dos conhecimentos adquiridos na parte teórica deste trabalho.

De posse dos balanços patrimoniais e demonstrativos de resultado da empresa, referente aos exercícios de 2000, 2001, 2002, 2003 e 2004 que se encontram em anexo, fez-se a reclassificação dos mesmos, agrupando suas contas em seus grandes grupos a fim de facilitar sua análise, pois o objetivo deste trabalho não se detém na análise da composição destes e sim no comparativo entre os demonstrativos originais e os que se utilizam da CMI.

O próximo passo foi a análise horizontal que se baseia na evolução de cada conta de uma série de demonstrações contábeis em relação à demonstração utilizada como base (2000), com exceção das contas do ativo diferido que tem 2003 e despesas antecipadas que tem 2001 como ano base, pois estas duas contas não constam no demonstrativo do exercício 2000. Para a obtenção do número-índice, que posteriormente foi utilizado como um parâmetro comparativo, fez-se a divisão dos valores dos balanços patrimoniais e das DREs de 2001, 2002, 2003 e 2004 pelas mesmas contas do ano base utilizado (apêndice 16).

Ao se fazer a análise vertical, que mostra a participação de cada conta em seu conjunto total, foi calculado o percentual tendo como base o total do ativo ou do passivo respectivamente, considerando a qual grupo a conta pertence, por exemplo, ativo circulante dividido pelo total do ativo do ano respectivo. Todos os exercícios são tomados isoladamente para efeitos de cálculo (apêndices 13, 14 e 15).

Após a análise horizontal e vertical fez-se a análise através dos índices, que servem de medida dos diversos aspectos econômicos e financeiros da empresa. Os índices utilizados são os encontrados no texto e o processo foi de acordo com as fórmulas descritas (apêndices 11 e 12).

Feito os cálculos para a posterior emissão do relatório de análise fez-se necessário a correção monetária integral dos demonstrativos de 2000, 2001, 2002, 2003 e 2004 para a comparação com os cálculos já efetuados sem a consideração dos efeitos da inflação.

Aplicou-se o índice inflacionário do período sobre os seus demonstrativos para se ter valores corrigidos, pois somente desta maneira é possível avaliar e compará-los e assim atingir os objetivos deste trabalho.

Para que se possa efetuar a correção, é necessária a escolha do índice inflacionário mais adequado, considerando a Resolução CFC nº 900/01 Parágrafo único: "A inflação acumulada será calculada com base no índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), apurado mensalmente pela FGV, por sua aceitação geral e reconhecimento por organismos nacionais e internacionais".

Ano	Índice
2000	9,95%
2001	10,38%
2002	25,31%
2003	8,71%
2004	12,42%

Quadro 3: IGPM / FGV:

Para o cálculo da CMI deve-se trazer a valor presente a conta clientes e fornecedores, porém por não se ter acesso a dados precisos sobre essas contas junto a empresa analisada, tais como prazo de pagamento e recebimento, percentuais de vendas à prazo e à vista, não foi efetuado este ajuste de acordo com a técnica e também por este procedimento ser irrelevante para o alcance do objetivo deste trabalho.

A conta estoques possui um tratamento diferenciado, deve-se corrigi-la durante as movimentações de cada período com a utilização do método de avaliação dos estoques da empresa. Da mesma forma, para uma correção mais fidedigna, seria necessário que essa fosse efetuada durante cada movimentação das demais contas com o índice de inflação da data. Tal estudo tornou-se inviável, visto que existe uma alta rotatividade das mercadorias e, também, de que estas são separadas por loja. Outro empecilho é que as demais contas são de demonstrativos passados e não se possuem todos os dados necessários referentes às suas movimentações.

Aos itens monetários aplicou-se o índice inflacionário e os valores encontrados foram alocados as DREs dos exercícios alterando seus resultados. No balanço esses itens permanecem com seus valores históricos e o novo resultado da DRE (apêndices 1 a 10).

Os itens não monetários do balanço patrimonial são corrigidos aplicando-se diretamente o índice inflacionário anual do exercício em questão alterando seu valor representado no balanço patrimonial (apêndices 1 a 10)

Todos os cálculos e procedimentos de análise vertical, horizontal e os índices, seguem os mesmos critérios e formas de cálculo, tanto nos demonstrativos originais quanto nos demonstrativos atualizados pela CMI.

Após o término de todos os cálculos e ajustes efetuados nos demonstrativos fez-se a análise comparativa utilizando os dados encontrados com e sem a utilização da CMI.

4.3. Relatório de análise

Para um adequado estudo, com enfoque nos objetivos deste trabalho, foi abordado a análise de índices, análises verticais e horizontais dos balanços patrimoniais e DREs dos exercícios analisados, atentando à comparação entre os dados apurados nos balanços sem e com CMI.

4.3.1. Análise de Índices

Foi dada ênfase aos principais índices de análise da liquidez ou solvência, do grau de endividamento, da estrutura patrimonial e da solidez econômica, abordando a comparação entre os índices apurados do balanço patrimonial e o corrigido do mesmo ano.

Na análise comparativa entre o índice de liquidez geral, o que se observou foi que este índice teve um aumento, sendo no ano de 2000 equivalente a 2,7045 ao não se considerar a CMI e de 2,7773 aplicando-se esta no balanço patrimonial. Nos demais exercícios, o que pode ser observado no apêndice 11, têm-se um comportamento similar, visto que, por ser o estoque um item não monetário, este não sofreu perda de valor devido a inflação. Constatou-se também este comportamento ao analisar o índice de liquidez corrente, por este sofrer a mesma influência dos efeitos do valor do estoque na composição deste índice, o que pode ser observado no apêndice 11.

Assim, percebe-se a importância da aplicação da CMI para fins de análise dos referidos índices, e tanto maior será a diferença entre o índice abordado quanto maior for a inflação, o que pode ser visualizado no exercício de 2002 (apêndice 11), onde a diferença do índice de liquidez com CMI é maior do que nos outros exercícios por a inflação ser igualmente maior neste ano.

Quanto a liquidez seca e imediata, foi constatado a permanência dos mesmos índices com e sem a aplicação da CMI, visto que os componentes desses itens são monetários, e a variação destas contas é repassada diretamente ao DRE, não alterando os valores históricos constantes no balanço patrimonial.

Outro componente da liquidez a ser abordado é o CCL que é a medida comum de liquidez, destaca a folga financeira da empresa para cumprir suas obrigações. No ano de 2002, o CCL apurado foi de R\$ 3.017.490,02, e considerando a CMI, o CCL foi de R\$ 3.600.877,00, o que resultou numa considerável diferença de R\$ 583.387,31. Nos demais exercícios, constatou-se também a mesma variação em menor proporção, visto que o índice inflacionário destes anos foram menores (apêndice 11).

Quanto à análise comparativa, no que diz respeito a composição e estrutura do endividamento, observa-se que os índices apurados sofrem variação se comparados àqueles corrigidos pela aplicação da CMI, o que pode ser observado no índice CT/CP para o exercício de 2002 que é de 0,5773 e com a aplicação da CMI este é de 0,4920. O mesmo comportamento é observado para os demais exercícios, com menores diferenças pela inflação ser menor. A única exceção, em que não há alteração do índice com a aplicação da CMI é a composição do endividamento, em que todos os grupos de contas envolvidos são passivos monetários (apêndice 12).

Analisando-se a estrutura da entidade quanto ao grau de imobilização de capital próprio percebeu-se a influência de duas contas não monetárias, corrigidas pela CMI que aumentaram proporcionalmente ao índice utilizado, tomando por base 2003 no qual tínhamos 0,1581 e este passou a 0,1627 com a utilização da CMI. Os demais índices de estrutura sofreram praticamente a mesma variação (apêndice 12), pois contêm em sua composição contas não monetárias as quais sofrem influência direta do aumento geral de preços.

A análise de solidez econômica avalia a situação econômica da empresa, como lucratividade, rentabilidade, dentre outros índices. Para a apuração destes, leva-se em consideração as vendas do período e o custo dos produtos, que são afetadas pelas perdas e ganhos com clientes e fornecedores.

Utilizando-se a ferramenta da CMI, o resultado da empresa é um dos componentes patrimoniais que mais sofre o impacto da inflação. Ratifica-se assim, a importância dessa ferramenta na avaliação do resultado da empresa.

Na apuração do lucro líquido, este é ajustado de acordo com alterações dos itens monetários do balanço e, esta variação implica numa variação do lucro líquido, pois os ganhos e perdas dos ativos e passivos monetários resultam num aumento ou redução do resultado.

No exercício de 2004 o índice de margem bruta e líquida era igual a 0,5479 e a 0,0342 respectivamente e utilizando CMI é de 1,4521 e 0,0222, ou seja, fica evidenciada a influência da CMI nas contas, aumentando ou diminuindo o valor dos índices encontrados de acordo com os grupos de contas que fazem parte dos índices analisados. Sempre lembrando que este aumento ou diminuição desta diferença será tanto mais relevante quanto maior ou menor for índice geral de preços do período (apêndice 12).

Considerando-se a taxa de retorno do ativo total, percebe-se neste índice a influência direta do lucro líquido em relação ao ativo total, por ser o lucro líquido o resultado final da DRE e esta absorver os ganhos e perdas dos itens monetários, é visível a influência da CMI neste índice. Tomando como base 2002, tem-se um ROA de 0,0650 e após a CMI este passou a 0,0129, diferença esta bastante acentuada e também é encontrada nos demais exercícios em proporções diferenciadas de acordo com o índice geral de preços do exercício em análise (apêndice 12)

Quanto a lucratividade da empresa, com a aplicação da CMI, esta sofreu uma redução, ocasionada por as perdas com a inflação serem maiores que os ganhos (apêndices 2, 4, 6, 8 e 10), o que influenciou diretamente na lucratividade, como no exercício de 2000, onde a margem líquida foi de 0,0179 e, com a aplicação da CMI foi de 0,0015, o que pode ser observada no apêndice 12.

No que se refere a rentabilidade, ocorre comportamento similar, ou seja, uma redução desta, como no exercício de 2002, que foi de 0,1025 e, com a aplicação da CMI, esta foi de 0,0193, ocasionando uma diminuição significativa, o que pode ser visualizado no apêndice 12.

4.3.2. Análise horizontal e vertical

A análise horizontal se faz necessária e justifica sua importância quando se analisa uma série de demonstrações contábeis. Com ela é possível fazer projeções

para o futuro da empresa levando em consideração o estudo do histórico de seus demonstrativos.

O critério adotado para a análise horizontal comparativa sobre os demonstrativos sem CMI para os exercícios de 2000 a 2004 comparados com demonstrativos dos mesmos exercícios com CMI e inflacionados para o final de 2004, expurgando a perda de valor da moeda nesse período.

Assim, constatou-se que o ativo circulante teve um crescimento significativo no período que foi de 155,12%, enquanto que, se considerado a inflação dos 5 anos em questão e aplicando-se a técnica da CMI, observou-se que mesmo com o crescimento nominal de 155,12%, ocorreu um crescimento real significativamente menor, que foi de 62,02% (apêndice 16).

Quanto ao ativo permanente, em termos nominais observou-se a manutenção percentual do ativo permanente, enquanto que, em termos reais com aplicação da CMI, este teve um crescimento negativo de 34,73% conforme demonstra no apêndice 16.

No que se refere ao passivo circulante, observou-se que, em valores nominais, este teve um crescimento 127,24% para o período compreendido entre os exercícios de 2000 a 2004. Já com a aplicação da CMI e expurgado os efeitos da inflação para o mesmo período, observou-se um crescimento significativamente inferior, que foi 44,90% (apêndice 17).

O crescimento do patrimônio líquido para o mesmo período foi de 39,31% se analisado o balanço em termos nominais, contudo, se for expurgado o efeito da perda do valor da moeda ocasionado pela inflação, e utilizada a técnica da CMI, constatou-se um crescimento negativo de 9,42% (apêndice 17).

A análise horizontal do demonstrativo de resultados traduz o crescimento dos resultados da empresa, em termos de faturamento, custos e resultado. Para o período compreendido entre 2000 e 2004 observou-se um crescimento de 107,47%. Contudo, ao se considerar a perda do valor da moeda para este período e utilizando a técnica da CMI, obtém-se um crescimento real de 32,30% (apêndice 18).

Ao se avaliar o crescimento do resultado líquido, constata-se diferenças ainda mais significativas ao se efetuar a análise horizontal com CMI e com o expurgo dos efeitos da perda do valor da moeda sobre a DRE com a análise sem atentar para esses ajustes. Assim, em termos nominais, o lucro líquido da empresa cresceu

297,56% para os exercícios de 2000 a 2004, enquanto que, para o mesmo período, considerando-se a técnica da CMI e atualização monetária para 2004, o lucro líquido obteve um crescimento de 1865,82%. Deve-se ressaltar que, um dos principais motivos que implicam nesse grande aumento se deve a premissa de que no ano base (2000), o lucro líquido com CMI atualizado para 2004 foi somente de R\$ 30.415,60. Para os demais exercícios, o resultado líquido tem tido melhoras significativas em termos absolutos e proporcionais. Outro fato importante a frisar é que, em valores absolutos, na utilização da técnica da CMI, o lucro líquido do exercício tem sofrido significativas reduções, visto que as perdas ocasionadas pela inflação foram significativamente superiores em todos os exercícios aos ganhos, o que pode ser observado nos apêndices 2, 4 6 8 e 10.

Para o estudo tornar as diferenças mais perceptíveis é preciso avaliar a análise vertical, é esta que dará suporte em relação ao percentual da composição total do ativo e do passivo, portanto é este índice que fornecerá o embasamento sobre a relevância das contas dentro das demonstrações.

Observa-se um aumento da representatividade do ativo circulante sobre o ativo total, que foi de 48,28% em 2000 e 76,38% em 2004 para os demonstrativos sem a utilização da CMI e, na análise dos demonstrativos com a utilização desta, constatou-se um acompanhamento dessa tendência, com uma variação menor que um ponto percentual, como pode ser observado em 2004, com uma diferença de 0,008 pontos percentuais com a utilização da técnica da CMI, o que pode ser observado no apêndice 13.

Para os demais grupos do balanço patrimonial, tanto do ativo quanto do passivo, esse comportamento de uma pequena variação percentual entre o demonstrativo original e o corrigido pela CMI se repete, ao se comparar a participação de cada grupo sobre o total (apêndices 13 e 14).

Já na análise vertical da DRE se constata a influencia direta da inflação na composição do resultado, mudando significativamente a participação do lucro líquido na composição da receita líquida, visto que, os ganhos e perdas com a inflação implicam diretamente em alterações no resultado líquido.

Assim, a participação do lucro líquido no exercício de 2001 é de 2,25%, enquanto que, ao utilizar-se a técnica da CMI, esta participação cai para 0,19%.

Para os demais exercícios, esse comportamento permanece, oscilando de acordo com os diferentes índices inflacionários, o que pode ser observado no apêndice 15.

Embora não se tenha mencionado todos os índices que se encontram nos apêndices, buscou-se fazer referência aos considerados relevantes. O objetivo deste trabalho se faz cumprir quando se compara o índice encontrado utilizando os demonstrativos contábeis em diferentes posições, originais e corrigido. Torna-se evidente a distorção ocasionada na análise quando utilizada a CMI, esta distorção se faz sentir quanto maior for o valor do índice do período em questão.

5. CONCLUSÃO

Para uma correta avaliação das informações econômico-financeiras, toda empresa deve cercar-se de recursos e subsídios, como relatórios obrigatórios e complementares, para que possa obter todas as informações que venham a retratar a real situação em que ela se encontra.

Nesse contexto, a correção monetária integral é uma ferramenta fundamental, pois vem a refletir sobre os demonstrativos contábeis todos os efeitos da inflação, principalmente no que diz respeito à composição de seu resultado, bem como a sua estrutura patrimonial.

Na análise comparativa dos demonstrativos e índices estudados, constatou-se várias alterações com o uso da CMI, e estas são mais significativas na medida em que o índice inflacionário do exercício for maior.

O estudo em questão demonstrou de forma mais próxima da realidade o verdadeiro impacto da correção monetária integral na situação patrimonial da empresa. Para a obtenção de informações mais precisas, é necessário que esta ferramenta seja aplicada cotidianamente dentro da organização, pois só assim poderá refletir o real impacto da inflação sobre o resultado e a estrutura patrimonial da entidade.

Sob este aspecto, constata-se a importância da utilização da correção monetária integral como ferramenta gerencial, pois expurga as distorções ocasionadas pela inflação sobre os demonstrativos contábeis e, colabora diretamente na avaliação patrimonial da empresa e no processo de tomada de decisões gerenciais.

6. BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. *Curso básico de contabilidade: introdução à metodologia da contabilidade e contabilidade básica*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1995.

BLATT, Adriano. *Análise de balanços*. São Paulo: Makron Books Ltda, 2001.

BRAGA, Roberto. *Fundamentos e técnicas de administração financeira*. São Paulo: Atlas, 1995.

BRASIL A. Lei n.º 4.506, de 30 de novembro de 1964. *Trata da regulamentação do imposto sobre a renda*.

BRASIL B. Lei nº 3.470, de 1958. *Introduziu o termo correção monetária no Brasil*.

BRASIL C. Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1965. *Trata do uso de correção monetária nas prestações e dívidas decorrentes de contratos de vendas ou construção de habitações ou de empréstimo para aquisição ou construção de habitações*.

BRASIL D. Lei n.º 4.862, de 29 de novembro de 1965. *Trata dos limites para correção monetária*.

BRASIL E. Decreto-lei nº 40, de 30 de dezembro de 1968. *Desobriga a atualização monetária dos valores expressos em cruzeiros na legislação tributária*.

BRASIL F. Lei nº 6.899, de 8 de abril de 1981. *Determina a incidência de correção em qualquer decisão judicial, englobando também as custas e honorários advocatícios*.

BRASIL G. Lei n.º 7.713, de 22 de dezembro de 1988. *Prevê a correção monetária de valores de dedução, tabela e montante do imposto de rendas das pessoas físicas*.

BRASIL H. Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991. *Institui a unidade fiscal de referência - UFIR, como medida de valor e parâmetro de atualização monetária de tributos e de valores expressos em cruzeiros na legislação tributária federal*.

BRASIL I. Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. *Revoga a correção monetária das demonstrações financeiras*.

BULGADOV, Sérgio. *Manual de gestão empresarial*. São Paulo: Atlas, 1999.

Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Instrução CVM nº 64, de 1987. *Institui a correção monetária integral para companhias abertas obrigando ao fornecimento de informações complementares elaboradas em moeda de poder aquisitivo constante*.

Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Deliberação CVM nº 29, de 05 de fevereiro de 1986. *Incorpora as definições do pronunciamento técnico do Ibracon no que se refere à elaboração das demonstrações contábeis complementares, em moeda de capacidade aquisitiva constante*.

Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Instrução CVM nº 191 de 1992. *Institui a unidade monetária contábil (UMC) e dispõe sobre os procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis em moeda de capacidade aquisitiva constante*.

Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Instrução CVM nº 248, de 1996. *Torna facultativo o uso da correção monetária integral*.

Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul. *Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade*. 3.ed. Porto Alegre: CRCRS, 2003.

FACHIN, Odília. *Fundamentos de Metodologia*. 3 ed. São Paulo:Saraiva, 2002.

FRANCO, Hilário. *Contabilidade geral*. 23.ed. São Paulo: Atlas, 1997.

GITMAN, Lawrence J. *Princípios de administração financeira*. São Paulo: Harbra, 1997.

_____. *Princípios de administração financeira*. São Paulo: Harbra, 2000.

GONÇALVES, Antonio Carlos Porto; GONÇALVES, Robson Ribeiro; SANTACRUZ, Ruy; MATESCO, Virene Roxo. *Economia aplicada*. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

GROPPELLI, A.A. e NIKBAKHT, Ehsan. *Administração financeira*. São Paulo: Saraiva, 1998.

IUDÍCIBUS, Sergio (Coord.). *Contabilidade introdutória*. 9.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Análise de balanços*. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. *Manual de contabilidade das sociedades por ações (aplicável às demais sociedades)*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

KOCHE, Jose Carlos. *Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MATARAZZO, Dante C. *Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial*. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Eliseu, ASSAF NETO, Alexandre. *Administração financeira: as finanças das empresas sob condições inflacionárias*. São Paulo: Atlas, 1993.

NEVES, Silvéio das; VICECONTI, Paulo E.V. *Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras*. 7.ed. São Paulo: Frase, 1998.

PADOVEZE, Clóvis Luís. *Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SILVA, José Pereira da. *Análise financeira das empresas*. São Paulo: Atlas, 2004.

SIMONSEN, Mário H.; CYSNE, Rubens P. *Macroeconomia*. 2.ed São Paulo: Atlas, 1995.

SOUZA, Nali de Jesus (Coord.). *Introdução à economia*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1997.

TROSTER, Roberto Luis; MOCHÓN, Francisco. *Introdução à economia*. São Paulo: Pearson Makron Books, 2002.

APÊNDICES

Apêndice 1: Balanço Patrimonial com CMI do exercício de 2000

ATIVO	S/ CMI	C/ CMI
	\$	\$
Circulante	3.340.480,00	3.499.581,79
Disponibilidades	1.242.372,00	1.242.372,00
Direitos Realizáveis	499.095,00	499.095,00
Estoques	1.599.013,00	1.758.114,79
Despesas Antecipadas	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	2.576.023,00	2.576.023,00
Ativo Permanente	1.002.725,00	1.102.496,34
Investimentos	420.160,00	461.966,02
Imobilizado	582.565,00	640.530,32
Ativo Diferido	-	-
TOTAL DO ATIVO	6.919.228,00	7.178.101,13
PASSIVO		
Circulante	1.539.355,00	1.539.355,00
Fornecedores	609.751,00	609.751,00
Salários a pagar	231.737,00	231.737,00
Impostos, taxas e contribuições	229.750,00	229.750,00
Financiamentos	37.888,00	37.888,00
Outros	430.229,00	430.229,00
Passivo Exigível a Longo Prazo	648.278,00	648.278,00
Patrimônio Líquido	4.731.595,00	4.990.468,13
Capital Social	4.280.000,00	4.705.860,10
Reserva de Capital	220.279,00	242.196,86
Lucros ou Prejuízos Acumulados	231.316,00	42.411,17
TOTAL DO PASSIVO	6.919.228,00	7.178.101,13

Apêndice 2: Demonstrativo de Resultado com CMI do exercício de 2000

	\$
Receita Bruta	12.956.257,00
Deduções de Vendas	2.696.998,00)
Receita Comercial CMI	(49.659,95)
Receita Líquida	10.209.599,05
Custo das Mercadorias Vendidas	(6.374.352,00)
Despesa Comercial CMI	60.670,22
Lucro Bruto	3.895.917,27
Despesas e Receitas Operacionais	(3.550.084,00)
Despesas com Vendas	(1.437.751,00)
Despesas Gerais e Administrativas	(2.046.729,00)
Receitas Financeiras	231.658,00
Despesas Financeiras	(327.319,00)
Outras Receitas	30.057,00
Lucro Operacional	345.833,27
Resultado Não Operacional	(222.931,04)
Receita Não Operacional	-
Receita financeira CMI	3.769,86
Outras Receitas c/ CMI	153.229,40
Perdas no caixa CMI	(123.616,01)
Outras despesas CMI	(256.314,29)
Lucro Antes do I.R e C.S.	122.902,23
Imposto de Renda e Contribuição Social	(103.507,00)
Lucro Líquido do Exercício	19.395,23

Apêndice 3: Balanço Patrimonial com CMI do exercício de 2001

ATIVO	S/ CMI	C/ CMI
	\$	\$
Circulante	4.345.994,81	4.561.646,62
Disponibilidades	1.223.433,69	1.223.433,69
Direitos Realizáveis	1.040.417,65	1.040.417,65
Estoques	2.077.570,40	2.293.222,21
Despesas Antecipadas	4.573,07	4.573,07
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.950.648,41	1.950.648,41
Ativo Permanente	915.184,47	1.010.180,62
Investimentos	236.963,87	261.560,72
Imobilizado	678.220,60	748.619,90
Ativo Diferido	-	-
TOTAL DO ATIVO	7.211.827,69	7.522.475,65
PASSIVO		
Circulante	1.681.282,39	1.681.282,39
Fornecedores	938.304,36	938.304,36
Salários a pagar	212.218,90	212.218,90
Impostos, taxas e contribuições	372.459,98	372.459,98
Financiamentos	58.772,90	58.772,90
Outros	99.526,25	99.526,25
Passivo Exigível a Longo Prazo	773.371,52	773.371,52
Patrimônio Líquido	4.757.173,78	5.067.821,74
Capital Social	4.281.411,47	4.725.821,98
Reserva de Capital	229.856,40	253.715,49
Lucros ou Prejuízos Acumulados	245.905,91	88.284,26
TOTAL DO PASSIVO	7.211.827,69	7.522.475,65

Apêndice 4: Demonstrativo de Resultado com CMI do exercício de 2001

	\$
Receita Bruta	15.230.846,38
Deduções de Vendas	(3.701.956,89)
Receita Comercial CMI	(107.995,35)
Receita Líquida	11.420.894,14
Custo das Mercadorias Vendidas	(7.016.007,84)
Despesa Comercial CMI	97.395,99
Lucro Bruto	4.502.282,29
Despesas e Receitas Operacionais	(4.226.644,26)
Despesas com Vendas	(1.489.105,13)
Despesas Gerais e Administrativas	(2.293.160,28)
Receitas Financeiras	160.345,87
Despesas Financeiras	(636.231,19)
Outras Receitas	31.506,47
Lucro Operacional	275.638,03
Resultado Não Operacional	(131.212,89)
Receita Não Operacional	41.334,43
Receita financeira CMI	6.100,63
Outras Receitas c/ CMI	151.296,46
Perdas no caixa CMI	(126.992,42)
Outras despesas CMI	(202.951,99)
Lucro Antes do I.R e C.S.	144.425,14
Imposto de Renda e Contribuição Social	(81.665,91)
Lucro Líquido do Exercício	62.759,23

Apêndice 5: Balanço Patrimonial com CMI do exercício de 2002

ATIVO	S/ CMI	C/ CMI
	\$	\$
Circulante	5.260.415,51	5.843.802,82
Disponibilidades	1.146.224,54	1.146.224,54
Direitos Realizáveis	1.804.934,70	1.804.934,70
Estoques	2.304.967,63	2.888.354,94
Despesas Antecipadas	4.288,64	4.288,64
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.540.321,04	1.540.321,04
Ativo Permanente	1.141.258,93	1.430.111,57
Investimentos	379.344,13	475.356,13
Imobilizado	761.914,80	954.755,44
Ativo Diferido	-	-
TOTAL DO ATIVO	7.941.995,48	8.814.235,42
PASSIVO		
Circulante	2.242.925,49	2.242.925,49
Fornecedores	1.058.115,69	1.058.115,69
Salários a pagar	103.016,25	103.016,25
Impostos, taxas e contribuições	483.809,71	483.809,71
Financiamentos	289.939,19	289.939,19
Outros	308.044,65	308.044,65
Passivo Exigível a Longo Prazo	663.799,50	663.799,50
Patrimônio Líquido	5.035.270,49	5.907.510,43
Capital Social	4.281.411,47	5.365.036,71
Reserva de Capital	237.950,06	298.175,22
Lucros ou Prejuízos Acumulados	515.908,96	244.298,50
TOTAL DO PASSIVO	7.941.995,48	8.814.235,42

Apêndice 6: Demonstrativo de Resultado com CMI do exercício de 2002

	\$
Receita Bruta	18.936.904,31
Deduções de Vendas	(4.796.285,55)
Receita Comercial CMI	(456.828,97)
Receita Líquida	13.683.789,79
Custo das Mercadorias Vendidas	(8.575.379,36)
Despesa Comercial CMI	267.809,08
Lucro Bruto	5.376.219,51
Despesas e Receitas Operacionais	(4.802.017,19)
Despesas com Vendas	(1.839.062,82)
Despesas Gerais e Administrativas	(2.546.266,25)
Receitas Financeiras	106.454,90
Despesas Financeiras	(534.069,72)
Outras Receitas	10.926,70
Lucro Operacional	574.202,32
Resultado não Operacional	(212.267,13)
Receita Não Operacional	900,00
Receita financeira CMI	73.383,61
Outras Receitas c/ CMI	394.499,40
Perdas no caixa CMI	(290.109,43)
Outras despesas CMI	(390.940,71)
Lucro Antes do I.R e C.S.	361.935,19
Imposto de Renda e Contribuição Social	(248.213,25)
Lucro Líquido do Exercício	113.721,94

Apêndice 7: Balanço Patrimonial com CMI do exercício de 2003

ATIVO	S/ CMI	C/ CMI
	\$	\$
Circulante	6.905.391,13	7.138.564,86
Disponibilidades	1.405.228,42	1.405.228,42
Direitos Realizáveis	2.818.876,29	2.818.876,29
Estoques	2.677.080,75	2.910.254,48
Despesas Antecipadas	4.205,67	4.205,67
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.755.235,37	1.755.235,37
Ativo Permanente	890.686,52	968.265,32
Investimentos	378.463,93	411.428,14
Imobilizado	512.222,59	556.837,18
Ativo Diferido	51.963,88	56.489,93
TOTAL DO ATIVO	9.603.276,90	9.918.555,48
PASSIVO		
Circulante	3.122.578,09	3.122.578,09
Fornecedores	1.741.412,25	1.741.412,25
Salários a pagar	95.275,32	95.275,32
Impostos, taxas e contribuições	499.955,82	499.955,82
Financiamentos	530.225,98	530.225,98
Outros	255.708,72	255.708,72
Passivo Exigível a Longo Prazo	846.370,15	846.370,15
Patrimônio Líquido	5.634.328,66	5.949.607,24
Capital Social	4.281.411,47	4.654.322,41
Reserva de Capital	258.609,49	281.134,38
Lucros ou Prejuízos Acumulados	515.908,96	560.844,63
Resultado do Exercício	578.398,74	453.305,83
TOTAL DO PASSIVO	9.603.276,90	9.918.555,48

Apêndice 8: Demonstrativo de Resultado com CMI do exercício de 2003

	\$
Receita Bruta	23.238.837,65
Deduções de Vendas	(5.977.950,24)
Receita Comercial CMI	(245.524,12)
Receita Líquida	17.015.363,29
Custo das Mercadorias Vendidas	(10.259.890,59)
Despesa Comercial CMI	151.677,01
Lucro Bruto	6.907.149,70
Despesas e Receitas Operacionais	(6.156.622,22)
Despesas com Vendas	(2.525.094,96)
Despesas Gerais e Administrativas	(3.133.635,32)
Receitas Financeiras	243.372,18
Despesas Financeiras	(752.326,56)
Outras Receitas	11.062,44
Lucro Operacional	750.527,48
Resultado Não Operacional	(82.504,53)
Despesa não Operacional	(880,20)
Receita financeira CMI	46.182,68
Outras Receitas c/ CMI	147.835,70
Perdas no caixa CMI	(122.395,40)
Outras despesas CMI	(153.247,31)
Lucro Antes do I.R e C.S.	668.022,96
Imposto de Renda e Contribuição Social	(265.095,66)
Lucro Líquido do Exercício	402.927,30

Apêndice 9: Balanço Patrimonial com CMI do exercício de 2004

ATIVO	S/ CMI	C/ CMI
	\$	\$
Circulante	8.522.126,12	8.891.607,54
Disponibilidades	1.598.338,06	1.598.338,06
Direitos Realizáveis	3.944.147,25	3.944.147,25
Estoques	2.974.890,64	3.344.372,06
Despesas Antecipadas	4.750,17	4.750,17
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.608.359,63	1.608.359,63
Ativo Permanente	1.003.740,32	1.128.404,87
Investimentos	439.054,67	493.585,26
Imobilizado	564.685,65	634.819,61
Ativo Diferido	22.598,17	25.404,86
TOTAL DO ATIVO	11.156.824,24	11.653.776,90
PASSIVO		
Circulante	3.497.993,85	3.497.993,85
Fornecedores	1.915.655,92	1.915.655,92
Salários a pagar	108.980,93	108.980,93
Impostos, taxas e contribuições	804.058,74	804.058,74
Financiamentos	433.784,67	433.784,67
Outros	235.513,59	235.513,59
Passivo Exigível a Longo Prazo	1.067.332,23	1.067.332,23
Patrimônio Líquido	6.591.498,16	7.088.450,82
Capital Social	4.281.411,47	4.813.162,77
Reserva de Capital	258.609,49	290.728,79
Lucros ou Prejuízos Acumulados	1.131.849,39	1.272.425,08
Resultado do Exercício	919.627,81	712.134,17
TOTAL DO PASSIVO	11.156.824,24	11.653.776,90

Apêndice 10: Demonstrativo de Resultado com CMI do exercício de 2004

	\$
Receita Bruta	26.880.200,60
(-) Deduções de Vendas	(7.099.889,98)
Receita Comercial CMI	(489.863,09)
Receita Líquida	19.290.447,53
Custo das Mercadorias Vendidas	(12.152.015,41)
Despesa Comercial CMI	237.924,47
Lucro Bruto	7.376.356,59
Despesas e Receitas Operacionais	(6.276.300,32)
Despesas com Vendas	(3.405.054,63)
Despesas Gerais e Administrativas	(2.855.804,95)
Receitas Financeiras	1.104.878,71
Despesas Financeiras	(1.184.290,33)
Outras Receitas	63.970,88
Lucro Operacional	1.100.056,27
Resultado Não Operacional	(63.662,80)
Receita Não Operacional	6.109,99
Receita financeira CMI	53.876,06
Outras Receitas c/ CMI	275.212,98
Perdas no caixa CMI	(198.513,59)
Outras despesas CMI	(200.348,24)
Lucro Antes do I.R e C.S.	1.036.393,47
Imposto de Renda e Contribuição Social	(438.477,07)
Lucro Líquido do Exercício	597.916,40

Apêndice 11: Índices de liquidez ou solvência e grau de endividamento

	2000		2001		2002		2003		2004	
	s/ CMI	c/ CMI	s/ CMI	c/ CMI	s/ CMI	c/ CMI	s/ CMI	c/ CMI	s/ CMI	c/ CMI
ILG=	2,7045	2,7773	2,5652	2,6530	2,3397	2,5404	2,1821	2,2408	2,2190	2,2999
ILC=	2,1701	2,2734	2,5849	2,7132	2,3453	2,6054	2,2114	2,2861	2,4363	2,5419
ILS=	1,1313	1,1313	1,3492	1,3492	1,3177	1,3177	1,3541	1,3541	1,5858	1,5858
ILI=	0,8071	0,8071	0,7277	0,7277	0,5110	0,5110	0,4500	0,4500	0,4569	0,4569
CT/CP=	0,4623	0,4384	0,5160	0,4844	0,5773	0,4920	0,7044	0,6671	0,6926	0,6441
CT/PT=	0,3162	0,3048	0,3404	0,3263	0,3660	0,3298	0,4133	0,4002	0,4092	0,3917
GCT=	2,1629	2,2812	1,9380	2,0646	1,7323	2,0324	1,4196	1,4990	1,4438	1,5527
CE=	0,7037	0,7037	0,6849	0,6849	0,7716	0,7716	0,7868	0,7868	0,7662	0,7662
ELP=	0,0937	0,0903	0,1072	0,1072	0,0836	0,0836	0,0881	0,0881	0,0957	0,0957
ECP=	0,2225	0,2145	0,2331	0,2235	0,2824	0,2545	0,4522	0,3148	0,3135	0,3002

	s/ CMI	c/ CMI
CCL - 2001	R\$ 1.801.125,00	R\$ 1.960.226,79
CCL - 2001	R\$ 2.664.712,42	R\$ 2.880.364,23
CCL - 2002	R\$ 3.017.490,02	R\$ 3.600.877,33
CCL - 2003	R\$ 3.834.776,92	R\$ 4.072.476,71
CCL - 2004	R\$ 5.046.730,44	R\$ 5.419.018,55

Apêndice 12: Índices de análise da estrutura e solidez econômica

	2000		2001		2002		2003		2004	
	s/ CMI	c/ CMI	s/ CMI	c/ CMI	s/ CMI	s/ CMI	c/ CMI	s/ CMI	c/ CMI	s/ CMI
GICP=	0,2119	0,2209	0,1924	0,1993	0,2267	0,2421	0,1581	0,1627	0,1523	0,1592
GIRNC=	0,1864	0,1955	0,1655	0,1729	0,2003	0,2176	0,1374	0,1425	0,1311	0,1384
GIIT=	0,1449	0,1536	0,1269	0,1343	0,1437	0,1623	0,0927	0,0976	0,0900	0,0968
GFI=	0,6465	0,5880	0,8450	0,7656	0,5816	0,4642	0,9502	0,8741	1,0634	0,9459
GC=	0,6838	0,6952	0,6596	0,6737	0,6340	0,6702	0,5867	0,5998	0,5908	0,6083
MB=	0,5080	1,4920	0,5394	1,4606	0,5472	1,4528	0,5585	1,4415	0,5479	1,4521
ML=	0,0179	0,0015	0,0161	0,0041	0,0272	0,0060	0,0249	0,0173	0,0342	0,0222
R=	0,0489	0,0039	0,0517	0,0124	0,1025	0,0193	0,1027	0,0677	0,1395	0,0844
ROA=	0,0334	0,0027	0,0341	0,0083	0,0650	0,0129	0,0602	0,0406	0,0824	0,0513

Apêndice 15: Análise Vertical dos Demonstrativos de Resultados Originais e com CMI

	2000		2001		2002		2003		2004	
	s/ CMI	c/ CMI	s/ CMI	c/ CMI	s/ CMI	c/ CMI	s/ CMI	c/ CMI	s/ CMI	c/ CMI
Receita Bruta										
(-) Deduções de Vendas										
Receita Comercial CMI										
Receita Líquida	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000
Custo das Mercadorias Vendidas	(0,6213)	(0,6243)	(0,6086)	(0,6143)	(0,6064)	(0,6267)	(0,5944)	(0,6030)	(0,6143)	(0,6299)
Despesa Comercial CMI	-	0,0059	-	0,0085	-	0,0196	-	0,0089	-	0,0123
Lucro Bruto	0,3787	0,3816	0,3914	0,3942	0,3936	0,3929	0,4056	0,4059	0,3857	0,3824
Despesas e Receitas Operacionais	(0,3460)	(0,3477)	(0,3666)	(0,3701)	(0,3396)	(0,3509)	(0,3567)	(0,3618)	(0,3173)	(0,3254)
Despesas com Vendas	(0,1401)	(0,1408)	(0,1292)	(0,1304)	(0,1301)	(0,1344)	(0,1463)	(0,1484)	(0,1721)	(0,1765)
Despesas Gerais e Administrativas	(0,1995)	(0,2005)	(0,1989)	(0,2008)	(0,1801)	(0,1861)	(0,1815)	(0,1842)	(0,1444)	(0,1480)
Receitas Financeiras	0,0226	0,0227	0,0139	0,0140	0,0075	0,0078	0,0141	0,0143	0,0559	0,0573
Despesas Financeiras	(0,0319)	(0,0321)	(0,0552)	(0,0557)	(0,0378)	(0,0390)	(0,0436)	(0,0442)	(0,0599)	(0,0614)
Outras Receitas	0,0029	0,0029	0,0027	0,0028	0,0008	0,0008	0,0006	0,0007	0,0032	0,0033
Lucro Operacional	0,0326	0,0339	0,0248	0,0241	0,0540	0,0420	0,0489	0,0441	0,0684	0,0570
Resultado Não Operacional	-	(0,0218)	0,0036	(0,0115)	0,0001	(0,0155)	(0,0001)	(0,0048)	0,0003	(0,0033)
Receita Não Operacional	-	-	-	0,0036	-	0,0001	-	(0,0001)	-	0,0003
Receita financeira CMI	-	0,0004	-	0,0005	-	0,0054	-	0,0027	-	0,0028
Outras Receitas c/ CMI	-	0,0150	-	0,0132	-	0,0288	-	0,0087	-	0,0143
Perdas no caixa CMI	-	(0,0121)	-	(0,0111)	-	(0,0212)	-	(0,0072)	-	(0,0103)
Outras despesas CMI	-	(0,0251)	-	(0,0178)	-	(0,0286)	-	(0,0090)	-	(0,0104)
Lucro Antes do I.R e C.S.	0,0326	0,0120	0,0284	0,0126	0,0540	0,0264	0,0489	0,0393	0,0687	0,0537
IR e CS	(0,0101)	(0,0101)	(0,0071)	(0,0072)	(0,0176)	(0,0181)	(0,0154)	(0,0156)	(0,0222)	(0,0227)
Lucro Líquido do Exercício	0,0225	0,0019	0,0213	0,0055	0,0365	0,0083	0,0335	0,0237	0,0465	0,0310

Apêndice 16: Análise Horizontal dos Ativos Patrimoniais Originais e Inflacionados

ATIVO	2001 c/ base 2000		2002 c/ base 2000		2003 c/ base 2000		2004 c/ base 2000	
	s/ CMI	Inflacionado	s/ CMI	Inflacionado	s/ CMI	Inflacionado	s/ CMI	Inflacionado
Circulante	1,3010	1,2172	1,5747	1,2898	2,0672	1,4623	2,5512	1,6202
Disponibilidades	0,9848	0,9196	0,9226	0,7126	1,1311	0,8108	1,2865	0,8204
Direitos Realizáveis	2,0846	1,9466	3,6164	2,7934	5,6480	4,0489	7,9026	5,0393
Estoques	1,2993	1,2180	1,4415	1,2690	1,6742	1,1867	1,8605	1,2130
Despesas Antecipadas	-	-	0,9378	0,7757	0,9197	0,7060	1,0387	0,7093
Ativo Realizável a Longo Prazo	0,7572	0,7071	0,5979	0,4619	0,6814	0,4885	0,6244	0,3981
Ativo Permanente	0,9127	0,8556	1,1382	1,0019	0,8883	0,6663	1,0010	0,6527
Investimentos	0,5640	0,5287	0,9029	0,7948	0,9008	0,6384	1,0450	0,6813
Imobilizado	1,1642	1,0914	1,3079	1,1513	0,8793	0,6232	0,9693	0,6320
Ativo Diferido	-	-	-	-	-	-	0,4349	0,4000
TOTAL DO ATIVO	1,0423	0,9786	1,1478	0,9485	1,3879	0,9906	1,6124	1,0353

Apêndice 17: Análise Horizontal dos Passivos Patrimoniais Originais e Inflacionados

PASSIVO	2001 c/ base 2000		2002 c/ base 2000		2003 c/ base 2000		2004 c/ base 2000	
	s/ CMI	Inflacionado	s/ CMI	Inflacionado	s/ CMI	Inflacionado	s/ CMI	Inflacionado
Circulante	1,0922	1,0199	1,4571	1,1255	2,0285	1,4542	2,2724	1,4490
Fornecedores	1,5388	1,4370	1,7353	1,3404	2,8559	2,0473	3,1417	2,0034
Salários a pagar	0,9158	0,8552	0,4445	0,3434	0,4111	0,2947	0,4703	0,2999
Impostos, taxas e contribuições	1,6212	1,5138	2,1058	1,6266	2,1761	1,5600	3,4997	2,2317
Financiamentos	1,5512	1,4486	7,6525	5,9109	13,9946	10,0323	11,4491	7,3008
Outros	0,2313	0,2160	0,7160	0,5530	0,5944	0,4261	0,5474	0,3491
Passivo Exigível a Longo Prazo	1,1930	1,1140	1,0239	0,7909	1,3056	0,9359	1,6464	1,0499
Patrimônio Líquido	1,0054	0,9483	1,0642	0,9144	1,1908	0,8547	1,3931	0,9058
Capital Social	1,0003	0,9378	1,0003	0,8806	1,0003	0,7090	1,0003	0,6522
Reserva de Capital	1,0435	0,9782	1,0802	0,9509	1,1740	0,8321	1,1740	0,7655
Lucros ou Prejuízos Acumulados	1,0631	1,9438	2,2303	4,4493	4,7308	9,4799	8,8687	19,1316
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	1,3974
TOTAL DO PASSIVO	1,0423	0,9786	1,1478	0,9485	1,3879	0,9906	1,6124	1,0353

Apêndice 18: Análise Horizontal dos Demonstrativos de Resultados Originais e inflacionados

	2001 c/ base 2000		2002 c/ base 2000		2003 c/ base 2000		2004 c/ base 2000	
	s/ CMI	Inflacionado	s/ CMI	Inflacionado	s/ CMI	Inflacionado	s/ CMI	Inflacionado
Receita Bruta	1,1756	1,0977	1,4616	1,1290	1,7936	1,2858	2,0747	1,3230
(-) Deduções de Vendas	1,3726	1,2818	1,7784	1,3736	2,2165	1,5890	2,6325	1,6787
Receita Comercial CMI	-	2,0308	-	7,1055	-	3,5443	-	6,2902
Receita Líquida	1,1238	1,0446	1,3783	1,0353	1,6825	1,1947	1,9280	1,2048
Custo das Mercadorias Vendidas	1,1007	1,0278	1,3453	1,0391	1,6096	1,1538	1,9064	1,2157
Despesa Comercial CMI	-	1,4991	-	3,4096	-	1,7922	-	2,5007
Lucro Bruto	1,1616	1,0791	1,4325	1,0659	1,8021	1,2710	1,9636	1,2073
Despesas e Receitas Operacionais	1,1906	1,1118	1,3526	1,0448	1,7342	1,2432	1,7679	1,1274
Despesas com Vendas	1,0357	0,9672	1,2350	0,9880	1,7563	1,2590	2,3683	1,5102
Despesas Gerais e Administrativas	1,1204	1,0462	1,1104	0,9609	1,5310	1,0976	1,3953	0,8897
Receitas Financeiras	0,6922	0,6464	0,6639	0,3550	1,0506	0,7531	4,7694	3,0413
Despesas Financeiras	1,9438	1,8151	0,8394	1,2603	2,2985	1,6477	3,6182	2,3072
Outras Receitas	1,0482	0,9788	0,3468	0,2808	0,3680	0,2638	2,1283	1,3572
Lucro Operacional	0,8549	0,7443	2,2795	1,2825	2,5219	1,5558	4,0379	2,0284
Resultado Não Operacional	-	0,5496	0,0218	0,7355	(0,9780)	0,2653	6,7889	0,1821
Receita Não Operacional	-	-	-	0,0180	-	(0,0163)	-	0,1009
Receita financeira CMI	-	1,5112	-	15,0357	-	8,7821	-	9,1132
Outras Receitas c/ CMI	-	0,9220	-	1,9886	-	0,6916	-	1,1453
Perdas no caixa CMI	-	0,9593	-	1,8127	-	0,7098	-	1,0240
Outras despesas CMI	-	0,7394	-	1,1781	-	0,4286	-	0,4984
Lucro Antes do I.R e C.S.	0,9783	1,0973	2,2822	2,2747	1,1039	3,8965	4,0562	5,3773
IR e CS	0,7890	0,7368	2,3980	1,8523	1,0680	1,8360	4,2362	2,7013
Lucro Líquido do Exercício	1,0631	3,0216	2,2303	4,5290	1,1211	14,8927	3,9756	19,6582

ANEXOS

ANEXO 1: Balanço Patrimonial Original do exercício de 2000

ATIVO	\$	PASSIVO	\$
Circulante	3.340.480,00	Circulante	1.539.355,00
Disponibilidades	1.242.372,00	Fornecedores	609.751,00
Caixa e Bancos	524.994,00	Salários e Pró-labore a Pagar	231.737,00
Aplicação de Liquidez Imediata	717.378,00	Impostos e Contrib. Recolher	229.750,00
Direitos Realizáveis	499.095,00	Provisão/Participação Adm.	23.238,00
Valores a Receber	484.696,00	Adiantamento de Clientes	-
Impostos e Contribuições a Comp.	-	Instituições Financeiras	37.888,00
Adiantamento a Terceiros	10.727,00	Provisões de Férias e 13°	146.754,00
Despesas Antecipadas	3.672,00	Outros Débitos	260.237,00
Estoques	1.599.013,00		
Mercadorias para Revenda	1.599.013,00		
Despesas Antecipadas	-		
Prêmios e Seguros a Vencer	-		
Ativo Realizável a Longo Prazo	2.576.023,00	Passivo Exigível a LP	648.278,00
Depósitos Judiciais	208.720,00	Obrigações com Quotistas	648.278,00
Depósitos para Incentivos Fiscais	191.642,00		
Créditos de Quotistas	2.175.661,00		
Empréstimo de Mútuo a Receber	-		
Ativo Permanente	1.002.725,00	Patrimônio Líquido	4.731.595,00
	-		
Investimentos	420.160,00	Capital Social	4.280.000,00
Participações Societárias	-	Capital Social	4.280.000,00
Imobilizado	582.565,00	Reserva de Capital	220.279,00
Imóveis	-	Reserva de CM de Capital	-
Móveis e equip. de Escritório	-	Reservas p/ Incent. Fiscais	-
Veículos	-	Lucros ou Prejuízos Acum.	231.316,00
Equip de Proc. De Dados	-	Lucros Acumulados	
Benfeitorias em Prédios Terceiros	-		
Marcas e patentes	-		
(-)Depreciação Acumulada	-		
Ativo Diferido	-		
Software	-		
(-)Amortização Acumulada	-		
TOTAL DO ATIVO	6.919.228,00	TOTAL DO PASSIVO	6.919.228,00

Fonte: Empresa Pega Leve Comércio de Calçados Ltda

ANEXO 2: Demonstrativo de Resultado Original do exercício de 2000

	\$
Receita Bruta	12.956.257,00
(-) Deduções de Vendas	(2.696.998,00)
Receita Líquida	10.259.259,00
Custo das Mercadorias Vendidas	(6.374.352,00)
Lucro Bruto	3.884.907,00
Despesas e Receitas Operacionais	(3.550.084,00)
Despesas com Vendas	(1.437.751,00)
Despesas Gerais e Administrativas	(1.967.461,00)
Receitas Financeiras	231.658,00
Despesas Financeiras	(327.319,00)
Despesas Tributárias	(79.268,00)
Outras Receitas	10.466,00
Resultado de Participação Societária	19.591,00
Lucro Operacional	334.823,00
Resultado Não Operacional	-
Lucro Antes do I.R e C.S.	334.823,00
Imposto de Renda e Contribuição Social	(103.507,00)
Lucro Líquido do Exercício	231.316,00

Fonte: Empresa Pega Leve Comércio de Calçados Ltda

ANEXO 3: Balanço Patrimonial Original do exercício de 2001

ATIVO	\$	PASSIVO	\$
Circulante	4.345.994,81	Circulante	1.681.282,39
Disponibilidades	1.223.433,69	Fornecedores	938.304,36
Caixa e Bancos	805.739,94	Salários e Pró-labore a Pagar	212.218,90
Aplicação de Liquidez Imediata	417.693,75	Impostos e Contrib. Recolher	372.459,98
Direitos Realizáveis	1.040.417,65	Provisão/Participação Adm.	-
Valores a Receber	1.022.245,47	Adiantamento de Clientes	-
Impostos e Contribuições a Comp.	7.684,94	Instituições Financeiras	58.772,90
Adiantamento a Terceiros	7.464,45	Provisões de Férias e 13º	99.526,25
Despesas Antecipadas	3.022,79	Outros Débitos	-
Estoques	2.077.570,40		
Mercadorias para Revenda	2.077.570,40		
Despesas Antecipadas	4.573,07		
Prêmios e Seguros a Vencer	4.573,07		
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.950.648,41	Passivo Exigível a LP	773.371,52
Depósitos Judiciais	376.813,44	Obrigações com Quotistas	773.371,52
Depósitos para Incentivos Fiscais	208.494,22		
Créditos de Quotistas	473.366,07		
Empréstimo de Mútuo a Receber	891.974,68		
Ativo Permanente	915.184,47	Patrimônio Líquido	4.757.173,78
Investimentos	236.963,87	Capital Social	4.281.411,47
Participações Societárias	236.963,87	Capital Social	4.281.411,47
Imobilizado	678.220,60	Reserva de Capital	229.856,40
Imóveis	795.626,33	Reserva de CM de Capital	9.393,52
Móveis e equip. de Escritório	432.839,88	Reservas p/ Incent. Fiscais	220.462,88
Veículos	60.268,01	Lucros ou Prejuízos Acum.	245.905,91
Equip de Proc. de Dados	429.522,41	Lucros Acumulados	245.905,91
Benfeitorias em Prédios Terceiros	454.170,88		
Marcas e patentes	1.058,60		
(-)Depreciação Acumulada	(1.495.265,51)		
Ativo Diferido	-		
Software	-		
(-)Amortização Acumulada	-		
TOTAL DO ATIVO	7.211.827,69	TOTAL DO PASSIVO	7.211.827,69

Fonte: Empresa Pega Leve Comércio de Calçados Ltda

ANEXO 4: Demonstrativo de Resultado Original do exercício de 2001

	\$
Receita Bruta	15.230.846,38
(-)Deduções de Vendas	(3.701.956,89)
Receita Líquida	11.528.889,49
Custo das Mercadorias Vendidas	(7.016.007,84)
Lucro Bruto	4.512.881,65
Despesas e Receitas Operacionais	(4.226.644,26)
Despesas com Vendas	(1.489.105,13)
Despesas Gerais e Administrativas	(2.293.160,28)
Receitas Financeiras	160.345,87
Despesas Financeiras	(636.231,19)
Despesas Tributárias	-
Outras Receitas	31.506,47
Resultado de Participação Societária	-
Lucro Operacional	286.237,39
Resultado Não Operacional	41.334,43
Lucro Antes do I.R e C.S.	327.571,82
Imposto de Renda e Contribuição Social	(81.665,91)
Lucro Líquido do Exercício	245.905,91

Fonte: Empresa Pega Leve Comércio de Calçados Ltda

ANEXO 5: Balanço Patrimonial Original do exercício de 2002

ATIVO	\$	PASSIVO	\$
Circulante	5.260.415,51	Circulante	2.242.925,49
Disponibilidades	1.146.224,54	Fornecedores	1.058.115,69
Caixa e Bancos	884.000,23	Salários e Pró-labore a Pagar	103.016,25
Aplicação de Liquidez Imediata	262.224,31	Impostos e Contrib. Recolher	483.809,71
Direitos Realizáveis	1.804.934,70	Provisão/Participação Adm.	-
Valores a Receber	1.774.514,03	Adiantamento de Clientes	17.514,82
Impostos e Contribuições a Comp.	11.254,75	Instituições Financeiras	289.939,19
Adiantamento a Terceiros	6.354,63	Provisões de Férias e 13º	159.558,45
Despesas Antecipadas	12.811,29	Outros Débitos	130.971,38
Estoques	2.304.967,63		
Mercadorias para Revenda	2.304.967,63		
Despesas Antecipadas	4.288,64		
Prêmios e Seguros a Vencer	4.288,64		
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.540.321,04	Passivo Exigível a LP	663.799,50
Depósitos Judiciais	619.539,20	Obrigações com Quotistas	663.799,50
Depósitos para Incentivos Fiscais	74.447,32		
Créditos de Quotistas	-		
Empréstimo de Mútuo a Receber	846.334,52		
Ativo Permanente	1.141.258,93	Patrimônio Líquido	5.035.270,49
Investimentos	379.344,13	Capital Social	4.281.411,47
Participações Societárias	379.344,13	Capital Social	4.281.411,47
Imobilizado	761.914,80	Reserva de Capital	237.950,06
Imóveis	893.226,94	Reserva de CM de Capital	9.393,52
Móveis e equip. de Escritório	569.308,07	Reservas p/ Incent. Fiscais	228.556,54
Veículos	60.268,01	Lucros ou Prejuízos Acum.	515.908,96
Equip de Proc. De Dados	535.812,66	Lucros Acumulados	515.908,96
Benfeitorias em Prédios Terceiros	454.170,88		
Marcas e patentes	1.058,60		
(-)Depreciação Acumulada	(1.751.930,36)		
Ativo Diferido	-		
Software	-		
(-)Amortização Acumulada	-		
TOTAL DO ATIVO	7.941.995,48	TOTAL DO PASSIVO	7.941.995,48

Fonte: Empresa Pega Leve Comércio de Calçados Ltda

ANEXO 6: Demonstrativo de Resultado Original do exercício de 2002

	\$
Receita Bruta	18.936.904,31
(-)Deduções de Vendas	(4.796.285,55)
Receita Líquida	14.140.618,76
Custo das Mercadorias Vendidas	(8.575.379,36)
Lucro Bruto	5.565.239,40
Despesas e Receitas Operacionais	(4.802.017,19)
Despesas com Vendas	(1.839.062,82)
Despesas Gerais e Administrativas	(2.546.266,25)
Receitas Financeiras	106.454,90
Despesas Financeiras	(534.069,72)
Despesas Tributárias	-
Outras Receitas	10.926,70
Resultado de Participação Societária	-
Lucro Operacional	763.222,21
Resultado Não Operacional	900,00
Lucro Antes do I.R e C.S.	764.122,21
Imposto de Renda e Contribuição Social	(248.213,25)
Lucro Líquido do Exercício	515.908,96

Fonte: Empresa Pega Leve Comércio de Calçados Ltda

ANEXO 7: Balanço Patrimonial Original do exercício de 2003

ATIVO	\$	PASSIVO	\$
Circulante	6.905.391,13	Circulante	3.122.578,09
Disponibilidades	1.405.228,42	Fornecedores	1.741.412,25
Caixa e Bancos	1.108.955,82	Salários e Pró-labore a Pagar	95.275,32
Aplicação de Liquidez Imediata	296.272,60	Impostos e Contrib. Recolher	499.955,82
Direitos Realizáveis	2.818.876,29	Provisão/Participação Adm.	-
Valores a Receber	2.741.535,29	Adiantamento de Clientes	78.205,31
Impostos e Contribuições a Comp.	17.975,83	Instituições Financeiras	530.225,98
Adiantamento a Terceiros	10.454,46	Provisões de Férias e 13º	177.503,41
Despesas Antecipadas	48.910,71	Outros Débitos	-
Estoques	2.677.080,75		
Mercadorias para Revenda	2.677.080,75		
Despesas Antecipadas	4.205,67		
Prêmios e Seguros a Vencer	4.205,67		
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.755.235,37	Passivo Exigível a LP	846.370,15
Depósitos Judiciais	816.916,47	Obrigações com Quotistas	846.370,15
Depósitos para Incentivos Fiscais	95.106,75		
Créditos de Quotistas	-		
Empréstimo de Mútuo a Receber	843.212,15		
Ativo Permanente	890.686,52	Patrimônio Líquido	5.634.328,66
Investimentos	378.463,93	Capital Social	4.281.411,47
Participações Societárias	378.463,93	Capital Social	4.281.411,47
Imobilizado	512.222,59	Reserva de Capital	258.609,49
Imóveis	928.413,95	Reserva de CM de Capital	9.393,52
Móveis e equip. de Escritório	583.616,47	Reservas p/ Incent. Fiscais	249.215,97
Veículos	60.268,01	Lucros ou Prejuízos Acum.	1.094.307,70
Equip de Proc. de Dados	408.369,95	Lucros Acumulados	1.094.307,70
Benfeitorias em Prédios Terceiros	454.170,88		
Marcas e patentes	1.058,60		
(-)Depreciação Acumulada	(1.923.675,27)		
Ativo Diferido	51.963,88		
Software	152.040,89		
(-)Amortização Acumulada	(100.077,01)		
TOTAL DO ATIVO	9.603.276,90	TOTAL DO PASSIVO	9.603.276,90

Fonte: Empresa Pega Leve Comércio de Calçados Ltda

ANEXO 8: Demonstrativo de Resultado Original do exercício de 2003

	\$
Receita Bruta	23.238.837,65
(-)Deduções de Vendas	(5.977.950,24)
Receita Líquida	17.260.887,41
Custo das Mercadorias Vendidas	(10.259.890,59)
Lucro Bruto	7.000.996,82
Despesas e Receitas Operacionais	(6.156.622,22)
Despesas com Vendas	(2.525.094,96)
Despesas Gerais e Administrativas	(3.133.635,32)
Receitas Financeiras	243.372,18
Despesas Financeiras	(752.326,56)
Despesas Tributárias	-
Outras Receitas	11.062,44
Resultado de Participação Societária	-
Lucro Operacional	844.374,60
Resultado Não Operacional	(880,20)
Lucro Antes do I.R e C.S.	843.494,40
Imposto de Renda e Contribuição Social	(265.095,66)
Lucro Líquido do Exercício	578.398,74

Fonte: Empresa Pega Leve Comércio de Calçados Ltda

ANEXO 9: Balanço Patrimonial Original do exercício de 2004

ATIVO		\$	PASSIVO		\$
Circulante		8.522.126,12	Circulante		3.497.993,85
Disponibilidades	1.598.338,06		Fornecedores	1.915.655,92	
Caixa e Bancos	1.242.701,61		Salários e Pró-labore a Pagar	108.980,93	
Aplicação de Liquidez Imediata	355.636,45		Impostos e Contrib. Recolher	804.058,74	
Direitos Realizáveis	3.944.147,25		Provisão/Participação Adm.	-	
Valores a Receber	3.862.898,46		Adiantamento de Clientes	31.458,29	
Impostos e Contribuições a Comp.	20.550,25		Instituições Financeiras	433.784,67	
Adiantamento a Terceiros	4.226,98		Provisões de Férias e 13º	204.055,30	
Despesas Antecipadas	56.471,56		Outros Débitos	-	
Estoques	2.974.890,64				
Mercadorias para Revenda	2.974.890,64				
Despesas Antecipadas	4.750,17				
Prêmios e Seguros a Vencer	4.750,17				
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.608.359,63		Passivo Exigível a LP	1.067.332,23	
Depósitos Judiciais	967.878,26		Obrigações com Quotistas	1.067.332,23	
Depósitos para Incentivos Fiscais	52.834,00				
Créditos de Quotistas	-				
Empréstimo de Mútuo a Receber	587.647,37				
Ativo Permanente	1.003.740,32		Patrimônio Líquido	6.591.498,16	
Investimentos	439.054,67		Capital Social	4.281.411,47	
Participações Societárias	439.054,67		Capital Social	4.281.411,47	
Imobilizado	564.685,65		Reserva de Capital	258.609,49	
Imóveis	979.772,32		Reserva de CM de Capital	9.393,52	
Móveis e equip.de Escritório	672.590,55		Reservas p/ Incent. Fiscais	249.215,97	
Veículos	79.191,08		Lucros ou Prejuízos Acum.	2.051.477,20	
Equip de Proc. de Dados	453.284,45		Lucros Acumulados	2.051.477,20	
Benfeitorias em Prédios Terceiros	454.170,88				
Marcas e patentes	1.058,60				
(-)Depreciação Acumulada	(2.075.382,23)				
Ativo Diferido	22.598,17				
Software	153.236,83				
(-)Amortização Acumulada	(130.638,66)				
TOTAL DO ATIVO	11.156.824,24		TOTAL DO PASSIVO	11.156.824,24	

Fonte: Empresa Pega Leve Comércio de Calçados Ltda

ANEXO 10: Demonstrativo de Resultado Original do exercício de 2004

	\$
Receita Bruta	26.880.200,60
(-)Deduções de Vendas	(7.099.889,98)
Receita Líquida	19.780.310,62
Custo das Mercadorias Vendidas	(12.152.015,41)
Lucro Bruto	7.628.295,21
Despesas e Receitas Operacionais	(6.276.300,32)
Despesas com Vendas	(3.405.054,63)
Despesas Gerais e Administrativas	(2.855.804,95)
Receitas Financeiras	1.104.878,71
Despesas Financeiras	(1.184.290,33)
Despesas Tributárias	-
Outras Receitas	63.970,88
Resultado de Participação Societária	-
Lucro Operacional	1.351.994,89
Resultado Não Operacional	6.109,99
Lucro Antes do I.R e C.S.	1.358.104,88
Imposto de Renda e Contribuição Social	(438.477,07)
Lucro Líquido do Exercício	919.627,81

Fonte: Empresa Pega Leve Comércio de Calçados Ltda